

A PERSPECTIVA BRASILEIRA SOBRE A REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA

Danilo Marcondes de Souza Neto¹

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma análise da participação brasileira na Liga das Nações e na Organização das Nações Unidas, abordando a questão do pleito por um assento permanente nos conselhos das duas organizações, assim como a participação do país em operações de paz da ONU. É do entendimento deste autor que uma análise da campanha por um assento permanente no Conselho da Liga fornece subsídios às presentes análises sobre o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança.

A análise do relacionamento do Brasil com as Nações Unidas no que diz respeito ao Conselho de Segurança (os debates sobre a reforma do órgão, e as operações de paz) e o relacionamento anterior do país com a Liga das Nações, foi realizada principalmente analisando a produção acadêmica brasileira em sua maioria sobre o tema, sendo que cabe uma ressalva, já que a maioria das publicações voltadas para a relação entre o Brasil e os diversos aspectos das Nações Unidas (participação em operações de paz, participação no Conselho de Segurança) é escrita na sua grande maioria por diplomatas profissionais², que mesmo não escrevendo na condição de diplomatas, podem por acabar refletindo o discurso oficial sobre determinada questão em suas contribuições.

O Brasil e a Liga das Nações

A Liga das Nações era uma organização destinada ao fracasso. Sem a participação dos Estados Unidos, que já tinha se consolidado como potência no fim da Primeira Guerra Mundial, a Liga não pode cumprir vários de seus objetivos, o que

¹ Graduando em Relações Internacionais pela PUC-RIO

² Dentre as contribuições feitas por diplomatas podemos citar: Abdenur, 1994, 1995 ; Almeida, 2005; Amorim, 1995, 2002-2003,2005; Araújo Castro, 1970; Baracuhy, 2006; Batista, 1992; Castro, 1998; Fonseca Jr, 2002; Fontoura, 2005; Garcia, 1994, 2000, 2005; Guimarães, 1999, 2005; Lampreia, 1997; Patriota,1998 e Sardenberg, 1994, 200, 2005.

refletiu em um tímido poder político para a organização no curto período de sua existência. Em 1924 já ficava clara a decepção brasileira em relação ao que a Liga havia se transformado:

The League of Nations, warned Admiral Carlos Souza e Silva in a private letter to Foreign Minister Felix Pacheco in 1924, was becoming a mere instrument of stronger states. "It prefers to impose what the Great Powers decide, paying slight attention to the others" he complained. "If that tendency prevails, it will no longer be a League of Nations, but a League of strong states against the weaker" (Hilton, 1980, p 343).

A análise de Garcia sobre a participação do Brasil na Liga situa o início do pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho da Liga em 1923, quando o país passou a ficar com receio de não mais conseguir se reeleger para um assento não-permanente no próprio órgão (Garcia, 1994, p 7).

De acordo com Amado Cervo:

o Brasil procurou preencher o vazio deixado pela ausência norte-americana, sem para tanto dispor de qualquer mandato, e, não conseguindo, aventurou-se como líder da América Latina, missão que os vizinhos também fizeram saber não lhe haviam confiado em Genebra (Cervo, 2002, p 329).

A artificialidade do discurso brasileiro de liderança continental ou de porta voz dos países latino-americanos na Liga pode ser ilustrada por dois momentos: o primeiro se dá pelo fato do Brasil em 1920 não ter apoiado uma proposta da Argentina³ de que todos os membros da Liga fossem eleitos anualmente, nesse ponto, Leuchars aponta a incoerência da posição brasileira, já que a proposta Argentina ia de encontro do argumento de igualdades entre os membros defendido pelo Brasil, ainda segundo esse mesmo autor, a retirada argentina da Liga foi encarada de maneira positiva pelo Brasil, por considerar a Argentina um rival (Leuchars, 2001, p 126). O segundo momento que mostra a falta de liderança do Brasil em relação aos demais países latino-americanos foi a reunião secreta em setembro de 1925 dos países latino-americanos para discutir sobre a posição desses Estados em relação à entrada da Alemanha na Liga, para qual o Brasil não foi chamado (Garcia, 1994, p 11).

Análises mais recentes sobre a participação e posterior desligamento do Brasil na Liga das Nações identificam na elite diplomática brasileira uma percepção de que o alcance de um assento permanente no Conselho da Liga, visto como o centro

³ Para uma análise da participação da Argentina na Liga das Nações ver: Benvenuto, 2004

hierárquico de poder da nova organização internacional, seria a condição que alçaria o Brasil para uma condição automática de grande potência (Baracuhy, 2006, p 367). Ainda segundo essas análises, a influência do poder Executivo, na pessoa do presidente Arthur Bernardes, fez com que a obtenção de um assento permanente torna-se o objetivo principal da política externa brasileira se transformando em direito natural (Baracuhy, 2006, p 377).

Em relação aos serviços brasileiros para com a Liga, Leuchars mostra como o país mantinha suas contribuições financeiras atrasadas, demorava a ratificar as convenções, sendo que além disso, o representante brasileiro na Corte Permanente, apesar de ter sido eleito com o maior número de votos, não comparecia às sessões. Leuchars mostra ainda que em relação ao incidente em Corfu⁴ em 1923, o Brasil adotou inicialmente uma oposição favorável a Itália, devido ao fato desse país ter prometido um apoio à candidatura brasileira ao assento permanente, adotando apenas posteriormente uma posição favorável à decisão do Conselho da Liga (Leuchars, 2001, p 127).

O desejo por um assento permanente no Conselho da Liga pode ser considerado ainda como um desejo curioso, já que o órgão funcionava por consenso, o que significava que apesar de haver uma divisão em termos de nomenclatura dos membros, tanto membros permanentes quanto não-permanentes eram essenciais para a aprovação ou não de uma resolução, o que ficou ilustrado pelo veto brasileiro em março de 1926, que frustrou naquele momento a entrada da Alemanha na Liga como membro permanente do Conselho que estava prevista nos Acordos de Locarno de 1925⁵.

Leuchars em sua contribuição sobre a participação e retirada do Brasil levanta um fato importante, com o anúncio da retirada do Brasil em 1926, todos os quatro países mais importantes do continente americano⁶, que representava o segundo maior bloco de nações independentes depois da Europa estavam fora da Liga, a Argentina

⁴ Em agosto de 1923, italianos que faziam parte de uma comissão internacional sobre fronteiras foram assassinados em território grego, o que levou a Mussolini ordenar o bombardeio naval de Corfu. A Grécia apelou então à Liga das Nações que pediu que os italianos evacuassem o território grego, mesmo assim, a Grécia foi forçada a pagar uma indenização à Itália Ver <http://concise.britannica.com/ebc/article-9361612/Corfu-incident> acesso em 14 de maio de 2007 .

⁵ Se refere aos sete acordos negociados em 1925 na cidade de Locarno, Suíça entre os representantes da Gra-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Bélgica, Tchecoslováquia e Polônia, para garantir os arranjos territoriais europeus do pós-Primeira Guerra Mundial e normalizar as relações dos Estados da Europa central e ocidental com a Alemanha, como parte dos acordos foi prometido a Alemanha admissão na Liga das Nações Ver <http://www.answers.com/topic/locarno-treaties> acesso em 15 de maio de 2007.

⁶ O grupo latino-americano na Liga era composto de: Argentina (até 1920), Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Ver Garcia, 1994, p 21.

tendo renunciado em 1920 e México e EUA nunca tendo entrado na Liga (Leuchars, 2001, p 124).

No que diz respeito às repercussões internas do pleito brasileiro por um assento permanente, Eugênio Vargas Garcia mostra que ao contrário do que o governo Bernardes apresentava o pleito não era encarado como uma questão de dignidade nacional pela população, e a imprensa oposicionista da época criticava a campanha brasileira, condenando a como injustificável e como megalomania do Itamaraty (Garcia, 1994, p 15).

Da mesma forma em que as potências européias, principais atores dentro da Liga das Nações subestimaram a vontade brasileira em lançar mão de um veto à entrada da Alemanha na Liga e assim arcar com os altos custos político-diplomáticos da decisão⁷, o Brasil subestimou as potências européias ao acreditar que as potências européias iriam permitir que a os princípios e ideais da Liga das Nações substituíssem a política de poder, alianças e interesses aplicada por esses atores no plano europeu e no plano internacional.

Observadores externos perceberam antecipadamente o insucesso do pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho da Liga, os embaixadores ingleses e americanos no Brasil observaram em seus relatórios nos anos 20 o quanto a diplomacia brasileira se dedicou ao pleito por um assento permanente no Conselho da Liga. No caso do embaixador inglês Sir John Tiley, este observou que o Brasil não iria conseguir o assento desejado e assim iria perder interesse na Liga (Hilton, 1980, p 352).

Quando da retirada do Brasil da Liga, o presidente Arthur Bernardes convocou o embaixador americano no Rio de Janeiro e afirmou que o Brasil iria a partir daquele momento intensificar suas relações com os países do continente americano, em especial os Estados Unidos, disassociando-se dos assuntos europeus que a Liga simbolizava. O governo seguinte ao de Bernardes não considerou os apelos para que o Brasil reconsiderasse a sua posição em se retirar da Liga, mas continuou cooperando com algumas organizações técnicas da Liga e continuou a manter um observador em Genebra (Hilton, 1980, p 353).

⁷ Garcia enfatiza, por exemplo, que o Brasil utilizou o veto como forma de retaliação contra as potências européias que não aceitaram a candidatura brasileira. Ver Garcia, 1994, p 16.

O Brasil e a criação da ONU

Em 1 de janeiro de 1942, representantes de 26 países aliados assinaram em Washington a declaração das Nações Unidas, da qual o Brasil ainda não fazia parte (Garcia 2000, p 116).

Em 29 de janeiro de 1943, o presidente Roosevelt, encontra-se com Vargas, em Natal, Rio Grande do Norte, na Cúpula de Natal, os dois presidentes discutem a adesão do Brasil às Nações Unidas.

Em 7 de outubro de 1944, é realizada a Conferência de Dumbarton Oaks entre China, Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS, onde é elaborado um primeiro esboço da ONU. Os delegados britânico e soviético rejeitam a proposta sugerida por Roosevelt, de incluir o Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança. O presidente americano Roosevelt era o grande aliado no Brasil pelo seu assento permanente, tanto Churchill quanto os soviéticos viam o Brasil, na época, alinhado automaticamente com os EUA, como mais um aliado americano dentro da organização.

Em 26 de junho de 1945, a Conferência de São Francisco aprova a Carta da ONU e o Brasil assina a Carta como membro fundador.

Em 10 de janeiro de 1946, na I Assembléia Geral da ONU, em Londres, o Brasil é eleito membro não permanente do Conselho de Segurança.

A aspiração brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança não se concretizou, mas o Brasil conseguiu ser o país que pronuncia o discurso de abertura da Assembléia Geral da organização, uma honra que muitos Ministros das Relações Exteriores e presidentes brasileiros puderam desfrutar. Gustavo Senechal de Gofredo Junior analisa como esses discursos são instrumentalizados em prol de projetar a imagem internacional do país:

Os discursos de abertura dos debates da Assembléia Geral da ONU-que são, por costume, iniciados pelo Brasil-têm sido, tradicionalmente, utilizados para que o representante brasileiro na ocasião expresse a visão do país em relação ao resto do mundo, em geral, e do sistema multilateral, em particular. Além disso, essa ocasião tem sido uma oportunidade de expressar os princípios

basilares que regem a política externa brasileira (Gofredo Jr, 2005, p 77).

O grande entrave para o Brasil foi o seu não reconhecimento do governo russo, com o qual o Brasil estava de relações rompidas desde 1917 apesar do papel destacado que a Rússia iria ter no organismo internacional que se estava constituindo naquele momento. As relações foram restabelecidas em 1945 e novamente rompidas em 1947 no governo Dutra. A política anti-comunista oficial foi também um obstáculo para que o Brasil conseguisse seu assento permanente (Moura,1991, p 29).

Apesar de ter o apoio do Canadá, que também queria para si um assento permanente, o Brasil no contexto latino americano não era uma unanimidade, por exemplo, México e Chile eram contrários a que o Brasil tivesse um assento permanente no Conselho, mas a Venezuela era favorável. (Silva, 1974, p 275).

Segundo analistas, as pretensões de Vargas de se igualar às grandes potências vencedoras da guerra, foram freadas principalmente pelo Reino Unido e pela URSS e em menor escala por países latino-americanos como México e Chile. Apesar da simpatia inicial dos EUA com a idéia do Brasil ter um assento permanente, provavelmente por ver o país como um fiel escudeiro de suas posições, não interessava às potências que os países que haviam exercido um papel subordinado no conflito exercesse algum tipo de poder efetivo dentro da organização (Corsi, 2000, p 225).

O Brasil foi vítima da relutância das grandes potências em aumentar o número de assentos do Conselho. Svartman coloca que nas décadas de 30 e 40, o Brasil emergiu como a segunda força, política, econômica e militar na América Latina, apesar de sua aliança com os EUA não lhe ter garantido um assento permanente no Conselho (Svartman, 1999, p 56). Gerson Moura vê na época “ uma intenção brasileira de exercer um papel relevante no reordenamento do sistema internacional” (Moura,1991, p 10). No fim, valeu a lógica de poder das grandes potências:

Em Dumbarton Oaks (agosto de 1944), as grandes potências começaram a deliberar sobre o formato da ONU, criando uma assembléia geral, mas reservando a maior parcela de poder para um conselho de segurança no qual as grandes potências teriam poder de veto. Daí que a “ completa participação dos países latino-americanos” na discussão dos arranjos do pós-guerra, proclamada por Washington em julho de 1944, constituía mais um petardo retórico americano do que uma diretriz de política internacional. De fato, Bretton Woods, Dumbarton Oaks e Ialta procuravam remodelar a ordem econômica e a política internacional de acordo com as definições, interesses e

conveniências das grandes potências. As nações “atrasadas” (como se costumava dizer à época) que se acomodassem da melhor maneira possível à nova “ordem” . E se não quisessem se acomodar haveria que convencê-las a aceitarem o modelo recém criado. (Moura, 1991, p 47).

A morte do presidente Roosevelt em abril de 1945, durante a preparação do que viria a ser a ONU e de quem Vargas havia cultivado a amizade e o apoio às pretensões brasileiras foi a gota d’água para que as pretensões a um assento permanente no Conselho fossem descartadas.

A política externa brasileira e a reforma do Conselho de Segurança

O argumento brasileiro pela reforma do Conselho

O Brasil, juntamente com o Japão tem sido o membro das Nações Unidas que mais serviu mandatos de membro não-permanente no Conselho de Segurança, tendo servido nos seguintes períodos: 1946-1947, 1951-1952, 1954-1955, 1963-1964, 1967-1968, 1988-1989, 1993-1994, 1998-1999⁸, 2004-2005.

Já na década de 60, o chanceler J. A Araújo Castro lembrou como o Brasil, desde a Conferência da São Francisco foi um dos defensores da flexibilidade da Carta das Nações Unidas, incentivando sempre um processo de revisão, defendendo o ponto de vista de que, após sua criação uma organização cria vida própria, revelando suas qualidades e defeitos e indicando os ajustes necessários (FUNAG, 1995, p 179).

Em 1987, após vinte anos de ausência, o Brasil retornou ao Conselho. Nas palavras do presidente José Sarney na Assembléia Geral, foi ressaltada a modificação das relações de poder entre os Estados desde a época da criação da organização, e a necessidade de uma reavaliação da configuração do Conselho, de uma forma que o órgão refletisse a multipolaridade do contexto da época, e assim pudesse melhor cumprir suas responsabilidades e desempenhar seu papel. (FUNAG, 1995, p 494-495).

O Brasil conseguiu ao longo das últimas décadas, especialmente da redemocratização em diante uma imagem de país voltado para a paz, forte defensor do multilateralismo, líder regional. Se com o fim da Guerra Fria, o Movimento dos Não-Alinhados e a própria idéia de Terceiro Mundo se enfraqueceu politicamente, o Brasil é

⁸ Para os textos completos dos pronunciamentos brasileiros no Conselho de Segurança no período de 1998-1999 ver Fonseca Jr, 2002.

reconhecido hoje como um representante dos países em desenvolvimento, e não só os da América Latina:

O Brasil democrático se posicionou de forma exemplar no contexto das relações internacionais: seja em termos dos compromissos assumidos, seja em termos da construção das possibilidades de um entorno cooperativo. É esse posicionamento e são esses compromissos que demandam, em seu turno, a configuração de meios e arranjos capazes de sustentá-los e defendê-los. (Brigagão e Proença, 2002, p 153).

Em 1994 o Brasil lançou sua candidatura a um assento permanente no Conselho na Assembléia Geral, mas em 1995, abriu mão da mesma por uma reforma do Conselho, por uma representação ampliada que lhe conferisse legitimidade (Cervo, 2002, p 349). O chanceler Luis Felipe Lampreia descreveu como emblemática a necessidade de reforma do Conselho de Segurança, pedindo uma representação mais eqüitativa decorrente da emergência de países em desenvolvimento com uma projeção global. Ressaltando também o efeito positivo que essa reforma teria no aumento da autoridade do Conselho, o chanceler manifestou ainda que a reivindicação brasileira não consiste de uma busca individual de prestígio por um país, mas que se convocado, o Brasil faria sua parte ao assumir a responsabilidade dentro do Conselho (FUNAG, 1995, p 581-582). O Brasil se coloca assim pronto a assumir novas responsabilidades que possa ter de assumir no cenário mundial. O discurso brasileiro é de altivez, e não timidez.

Em 1995, Sardenberg em artigo acadêmico sobre o cinquentenário das Nações Unidas defendeu que:

A atitude do Brasil ao *aggiornamento* do Conselho e de sua composição é conhecida e foi expressa recentemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. As novas realidades políticas mundiais devem ser reconhecidas e refletidas na composição do Conselho. Seus procedimentos igualmente devem ser modernizados e seu papel propriamente diplomático fortalecido, para que melhor possa se haver com a intratabilidade das questões de ordem regional e sub-regional, e até mesmo subnacional, que presentemente ocupam as atenções internacionais. (Sardenberg, 1995, p 7).

Segundo Hirst e Pinheiro, a partir de 1995 o Brasil inclui como perspectiva de atuação nas Nações Unidas a busca de um assento permanente no Conselho, entretanto as duas autoras acreditam que ao persistir a dificuldade na articulação de uma ação

conjunta em relação ao pleito brasileiro, as chances de sucesso da candidatura brasileira diminuiriam sensivelmente (Hirst & Pinheiro, 1995, p 21).

É importante verificar também um reconhecimento por parte da diplomacia brasileira de que o momento do pós-Guerra Fria se mostra como aumentando a possibilidade de atuação do Brasil:

O fim da Guerra Fria não significou o fim das guerras, das disputas, das crises e dos conflitos. O momento está, porém, aberto a novas oportunidades de atuação para um país que nunca usou instrumentos militares em sua política externa moderna, as possibilidades de influenciar os rumos da nova ordem são, hoje, maiores do que ao tempo da Guerra Fria (Fonseca Jr, 2004, p 373).

No pós-Guerra Fria, como forma de amadurecimento da postura brasileira em termos de política externa e de sua percepção no mundo, especialmente na área de segurança, Herz e Wrobel observam uma tendência brasileira de:

Aceitação de regimes internacionais, uma maior participação nas operações de paz da ONU e a busca de estabilidade regional, em contraposição à competição sub-regional do período anterior (Herz e Wrobel, 2002, p 257).

Em argumento semelhante ao de Wrobel e Herz, ao observar a política externa brasileira do pós-Guerra Fria, Pinheiro afirma que:

A atual política externa do Brasil reveste-se de uma visão que justifica e estimula a adesão aos regimes internacionais e as instituições que os incorporam como solução para os problemas de ação coletiva. (Pinheiro, 2000, p 321)

É nos pós-Guerra Fria também que o país conclui sua adesão a uma série de regimes internacionais como por exemplo: o Pacto das Nações Unidas de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1992), a Convenção Americana de Direitos Humanos (1992), o Acordo Internacional do Açúcar (1992), Convenção para a Proibição das Armas Químicas (CPAQ) de 1993 e o Tratado de Tlatelolco⁹(1994). É nesse momento também que o país irá sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), a III Cúpula Ibero-

⁹ A adesão brasileira ao Tratado foi feita pelo decreto n. 1246 de 16 de setembro de 1994. Para a versão na íntegra do decreto ver <http://www2.mre.gov.br/dai/tlatelolco.htm> acesso em 25 de maio de 2007.

Americana (1993) a III Reunião da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (1994), e terá atuações importantes na II Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos (1993) em Viena e na mediação do conflito entre o Equador e o Peru (1995), assim como promoverá a integração econômica do Cone Sul da América do Sul e a cooperação entre os Estados da região amazônica.

Sardenberg, ressalta também a continuidade da diplomacia e da política externa brasileira, os esforços do Brasil em trabalhar pela paz, lembrando ainda o compromisso do Brasil nos anos sessenta com os 3 D's – Desenvolvimento, Desarmamento, Descolonização e nos anos noventa- Desenvolvimento, Desarmamento e Democracia (Sardenberg, 2000, p 238).

Raul Bernal-Meza percebe uma mudança de estratégia na campanha brasileira em relação ao Conselho. Segundo ao autor, após 1988, o Brasil buscou se engajar nas decisões e operações do órgão, mostrando um esforço do país em aumentar seu compromisso com o Conselho, da mesma forma que no contexto do período, o Conselho adquiria mais importância, na época o país também diminuiu suas pretensões de autonomia, por exemplo, na questão nuclear e na venda de armas (Bernal-Meza, 2002, p 53).

O pós-Guerra Fria é também o momento em que se percebe um esforço por parte da diplomacia brasileira em procurar listar uma série de credenciais que qualificariam o Brasil para um assento permanente:

Nossas credenciais seriam: a projeção diplomática mundial do Brasil, seu peso econômico, sua liderança regional, seu espaço geográfico privilegiado e seu afinamento político com as idéias democráticas. Sem esquecer do potencial militar nacional, já que o Brasil é o único país latino-americano capaz de se necessário, mobilizar e treinar rapidamente uma força de mais de um milhão de combatentes. Nosso interesse (...) fundamenta-se na intenção de aprofundar nossa influência sobre o processo de formatação do sistema mundial do século XXI e de obter (...) reconhecimento da maturidade de nossa estrutura política.

Abrir mão dessa postulação significa ver bloqueado o acesso continuo a principal círculo de poder no mundo, que significaria deixar de influir em decisões que, em muitos casos, podem afetar diretamente nossos interesses e prerrogativas como nação (Macieira, 1994, p 125).

Segundo ainda Flávio Macieira, o Itamaraty procura através das credenciais citadas reforçar a idéia do Brasil como candidato natural ao Conselho (Macieira, 1994, p 125).

Em março de 1995, como representante do Brasil nas Nações Unidas, Celso Amorim escreveu um artigo em publicação acadêmica brasileira da área de Relações Internacionais em que listava as credenciais brasileiras ao assento permanente, entre elas o fato do país ser membro fundador das Nações Unidas, de possuir um histórico de cooperação internacional, a dimensão populacional e territorial do país, a contribuição do país para com as operações de paz e para com o orçamento, a capacidade brasileira segundo Amorim de articular consenso entre outros Estados. Curiosamente, Amorim destacou como uma das credenciais o fato do país estar entre os que menos gastam com defesa no mundo e destacou também o papel do Brasil como país chave na consolidação da América do Sul, região que Amorim descreveu como “a região menos armada do planeta, livre de tensões ou ameaças, que se afirma como pólo de irradiação de estabilidade política, paz e progresso” (Amorim, 1995, p 12-13).

Nesse argumento podemos perceber um desejo por prestígio, “obter mais esse reconhecimento da maturidade de nossa estrutura política”, assim como o medo de ser mantido à parte, e excluído dos círculos de poder. Nesse sentido podemos enxergar também longe de ingenuamente negar a importância do órgão, uma supervalorização do papel do Conselho. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso a posição brasileira em relação à reforma do Conselho pode ser resumida neste trecho de um pronunciamento do então Ministro das Relações Exteriores Luis Felipe Lampreia:

Reitero aqui nossa posição: não nos furtaremos a exercer as responsabilidades inerentes à condição de membro permanente do Conselho de Segurança se formos chamados a isso, mas não subordinaremos a nossa política externa a esse objetivo, nem deixaremos que ele afete adversamente as prioridades da nossa ação internacional (Lampreia, 1997, p 14).

Segundo Zaverucha, durante o início do governo Fernando Henrique Cardoso a busca por um assento permanente avançou pouco, mas foi a partir do anúncio por parte dos EUA que a Argentina seria aliado extra-regional da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), e da declaração de 17 de agosto de 1997 por parte do presidente argentino Carlos Menem de que um futuro assento permanente dos países

latino-americanos no Conselho deveria ser rotativo, que o pleito brasileiro rompeu o que Zaverucha chama de período de letargia.

De acordo com esse autor, foi a partir do interesse por um assento permanente que ainda em agosto de 1997 durante reunião do Grupo do Rio em Assunção (Paraguai), o presidente Cardoso anunciou a criação de um Ministério da Defesa brasileiro. Segundo Zaverucha:

Foi uma clara manobra política para favorecer a candidatura do Brasil a um assento no Conselho de Segurança da ONU. Afinal, seria difícil explicar ao mundo como um país que aspira decidir sobre questões de segurança internacional possuísse quatro ministros militares respondendo pela pasta da defesa. Pela gênese de sua criação, percebia-se que o Ministério da Defesa não foi, primordialmente, criado para ajudar a submeter os militares ao controle democrático civil. Mas, para fins instrumentais (Zaverucha, 2004, p 1)

Em 1998, em pronunciamento sobre a reforma do Conselho¹⁰, o então representante do Brasil perante as Nações Unidas, embaixador Celso Amorim afirmou que a reforma das Nações Unidas estaria incompleta se não abordasse a reforma do Conselho de Segurança.

Já em 1999, o então representante, embaixador Gelson Fonseca Jr afirmou em pronunciamento¹¹ que da perspectiva brasileira, o principal aspecto da reforma do Conselho era a sua expansão, e afirmou a posição do seu país em relação à criação de assentos permanentes rotativos. Por fim, Fonseca Jr defendeu que seu país acreditava que para o Conselho possuir um formato equilibrado deveria manter em torno de 20 membros, e que os novos membros permanentes do Conselho, apesar de poderem desfrutar do direito do veto poderiam se comprometer a não utilizá-lo.

Em relação à política externa brasileira contemporânea, o tema da reforma do Conselho ganha prioridade máxima na agenda atual da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva. O presidente Lula em seu primeiro pronunciamento na 58ª Assembléia Geral das Nações Unidas, afirmou:

Brazil believes it has a useful contribution to make. It seeks not to advance an exclusive conception of international security but rather to give expression to the perceptions and aspirations of a region that today is a hallmark of peaceful co-existence among its members and

¹⁰ Ver <http://www.un.int/brazil/speech/98d-clna-csnu-enlarge.htm> acesso em 14 de maio de 2007

¹¹ Ver <http://www.un.int/brazil/speech/99d-gfj-security-council-reform.htm> acesso em 14 de maio de 2007

that is a force for international stability. Given the support received within South America and beyond, Brazil is encouraged to continue advocating for a Security Council that better reflects contemporary reality (Lula, 2003, p 2)

No mesmo discurso, o presidente brasileiro reconheceu ainda, a importância do fortalecimento da Assembléia Geral, ressaltando o papel do fórum dentro da organização (Lula, 2003, p 2).

A articulação política relacionada à busca por um assento permanente no Conselho

Podemos considerar como alguns recentes esforços, iniciativas e posicionamentos da diplomacia brasileira: a redescoberta da importância da aproximação com a África, as iniciativas de parceria estratégica com Índia, África do Sul e também China, Rússia, países do Oriente Médio, o posicionamento contrário à guerra contra o Iraque, a defesa do princípio de que a ONU deve desempenhar um papel importante na questão iraquiana.

Entre as principais linhas de atuação da política externa brasileira, podemos perceber a busca de alianças estratégicas com Rússia e China, membros permanentes do Conselho, que tem, se colocado a favor de um assento permanente para o Brasil, assim como a construção de um Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS)¹², também candidatos a assentos permanentes no Conselho.

No seu documento fundador, a Declaração de Brasília¹³ de junho de 2003, os países do IBAS reconheceram que:

4. Coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança. A esse respeito, frisaram a necessidade de o Conselho ser expandido nas categorias de membros permanentes e não-permanentes, com participação de países em desenvolvimento, em ambas categorias. Concordaram em conjugar esforços no sentido de aumentar a eficiência da Assembléia Geral e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

O Brasil vem tentando conciliar estas linhas de atuação com a manutenção de boas relações com os Estados Unidos, outro membro permanente do Conselho (país que

¹² Para informações detalhadas sobre a constituição e as principais políticas defendidas pelo IBAS ver http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/index.asp acesso em 28 de maio de 2007

¹³ Para a versão em inglês do documento ver http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/grupos/ibas/dec_brasilia.asp acesso em 28 de maio de 2007

pode ser considerado mais ambíguo em relação ao tipo de reforma e de quais candidatos estaria disposto a apoiar) assim como com as negociações comerciais a nível regional, entre o Mercosul, com a União Européia, o que envolve além de França e Reino Unido, ambos membros permanente do Conselho, mas principalmente a Alemanha, também candidata a um assento permanente. Em relação à Rússia, por exemplo, em 2002, o Brasil apoiou a entrada da Rússia na Organização Mundial do Comércio em troca do apoio russo a um assento permanente para o Brasil no Conselho.

O Ministro das Relações Exteriores russo reconheceu, por exemplo, em artigo publicado na imprensa brasileira, o apoio russo à campanha brasileira:

Estamos satisfeitos de que o Brasil se da conta de que a qualidade de membro permanente do Conselho de Segurança não é só um elemento de prestígio de política externa, mas também uma responsabilidade colossal - pelas decisões tomadas, pelo processo de seu cumprimento e pelo resultado. Esta madureza política e prontidão moral do Brasil determinaram em muito a nossa posição sobre a aspiração do país em ocupar um lugar permanente no CS (Jornal do Brasil, 22 de novembro de 2004)

Em relação à recente eleição de outubro de 2003, para o Conselho no biênio janeiro de 2004 até dezembro de 2005, o Brasil recebeu 177 votos favoráveis, sendo que dos 182 membros votantes de um total de membros de 191, foram contabilizadas 4 abstenções e um voto favorável à Argentina.

A diplomacia brasileira ressaltou que durante sua permanência no Conselho no período 2004 a 2005, a África seria sua prioridade, nesse sentido podemos considerar os esforços conjuntos com o governo de Angola sobre a avaliação dos conflitos africanos, tendo ambos os países servido juntos como membros não-permanentes no Conselho no ano de 2004.

Dentre os países que declararam publicamente apoio à campanha brasileira podemos citar: África do Sul, Angola, China, Espanha, França, Índia, Moçambique, Namíbia, Peru, Reino Unido, Rússia, Suriname, Turquia, Venezuela, para alcançar um assento permanente no Conselho, mesmo que estas posições favoráveis muitas vezes não se concretizem em algum momento decisivo, como foi o caso da postura chinesa em relação às discussões sobre reforma na 60ª Assembléia Geral de 2005, principalmente em relação ao G-4.

Morris aponta a posição brasileira como ambivalente em relação à distribuição de novos assentos permanentes regionais em caráter rotativo, já que apesar de defender

o direito dos grupos regionais de optarem por este modelo o país rejeita que esta opção seja adotada como modelo para reforma do Conselho (Morris, 2000, p 272).

Segundo Sotomayor, a principal diferença em termos de política externa entre o governo Lula e o governo Cardoso foi que o governo atual procura perseguir o objetivo do assento permanente de maneira mais assertiva e proativa (Sotomayor, 2006, p 33).

Importantes tomadores de decisão brasileiros tem abordado em recentes publicações de maneira direta e expressiva os argumentos para a obtenção de um assento permanente por parte do Brasil. A mais expressiva no que diz respeito à participação do Brasil como membro permanente, destas obras lançada até o presente momento foi escrita pelo atual Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Este autor defende na sua obra que existe nas Nações Unidas uma concentração de poder político no Conselho de Segurança sendo assim, o pleito brasileiro seria parte da posição brasileira de democratização do sistema internacional (Guimarães, 2005, p 440).

A posição de Guimarães na verdade se mostra como uma preocupação antiga, já havia sido exposta em sua contribuição anterior datada de 1999, onde o autor defendia que a inclusão do país no Conselho como membro permanente não se tratava de uma questão de prestígio para o país, mas de que o país pudesse ter participação na elaboração de decisões tomadas pelo Conselho e que tivessem efeitos sobre o Brasil (Guimarães, 1999, p 118).

A avaliação desse autor é a de que a expansão gradual das competências do Conselho viria a torná-lo o que Guimarães chama de “centro da governança global” (Guimarães, 2005, p 429), nesse sentido a avaliação do diplomata é a de que a ampliação do que constituiriam ameaças à paz e com o tratamento de questões domésticas como direitos humanos, meio ambiente sendo tratadas como questões globais fariam com que temas de interesse para o Brasil fossem incorporados pelo Conselho, tais como direitos humanos, ecologia e questões indígenas no que o autor chama de “normatização da esfera política” (Guimarães, 2005, p 328) Nesse sentido, na opinião de Guimarães, se por exemplo as políticas dos Estados sul-americanos nesses temas vierem a ser consideradas violadores de normas internacionais, esse países seriam considerados violadores e sofreriam algum tipo de sanção. Guimarães aponta ainda que mesmo com a ampliação de novas competências ao Conselho, essas novas competências dificilmente se aplicariam aos membros permanentes do órgão, que se protegeriam com o veto. Sendo assim, para Guimarães, a não-inclusão do Brasil no Conselho como

membro permanente se configura como uma ameaça potencial já que o país poderia a vir se considerado um violador (Guimarães, 2005, p 329). Ainda nesse sentido, na contribuição de Guimarães, a articulação por um assento permanente é identificada ainda como sendo um dos desafios de política externa brasileira e da estratégia de inserção internacional do Brasil (Guimarães, 2005, p 293).

O mesmo autor aponta ainda, que apesar do Brasil ser o país latino-americano com melhores condições de candidatura a um assento permanente, a obtenção de um assento deve ser feita em coordenação com a Argentina, já que a obtenção do assento por parte do Brasil seria benéfica para o fortalecimento do Mercosul (Guimarães, 2005, p 295). No entanto, alguns analistas percebem um conflito potencial entre o pleito brasileiro por um assento permanente e o aprofundamento das relações com os países sul-americanos (Lima, 2005, p 40). O Itamaraty vem atuando para remediar os efeitos desse conflito, podemos citar inclusive a inclusão de um diplomata argentino na delegação brasileira ao Conselho de Segurança no período 2004-2005, mesmo assim, a falta de apoio argentina fica explícita na participação desse país no grupo Unidos pelo Consenso, e a preferência argentina ela criação de novos assento rotativos e a postura argentina em classificar o pleito brasileiro como elitista e pouco democrática.¹⁴

Em março de 2005 foi publicado na imprensa¹⁵ pesquisa de opinião pública com 23 mil indivíduos em 23 países, organizada pelo Instituto de Política Internacional da Universidade de Maryland (EUA) e o instituto de opinião pública Global Scan Incorporated, sobre a reforma do Conselho em geral e sobre a posição em relação a candidatura brasileira por um assento permanente De acordo com a pesquisa, Japão e Alemanha seriam os candidatos internacionalmente favoritos (com 56 e 54 % de apoio respectivamente) , sendo que o Brasil e a Índia teriam a mesma margem de apoio (47%) e a África do Sul teria menos apoio (43%). A pesquisa apresentou também um alto percentual de indivíduos contrários a qualquer tipo de reforma do Conselho em diferentes Estados: Coréia do Sul (40%), Rússia (28%), China (33%) e Turquia (21%).

¹⁴ Para as repercussões na Argentina da campanha brasileira ver: Figueiredo, 2005 e “ Argentina ataca ambição brasileira” Jornal do Brasil, 28 de maio de 2005

¹⁵ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/03/050321_relatoriobrasilbg.shtml acesso em 24 de maio de 2007

Em maio de 2005, durante vista do presidente Lula a Coréia do Sul, o presidente da Coréia do Sul afirmou que no caso de uma votação por país, seu país seria favorável a que o Brasil conseguisse um assento permanente no Conselho.¹⁶

Ainda no mês de maio foi noticiado na imprensa que o governo brasileiro havia enviado representantes para cerca de 50 países de diversos continentes, portando uma carta do presidente Lula, pedindo apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente¹⁷.

Em setembro de 2005, o chanceler brasileiro deu declarações na imprensa¹⁸ de que a reforma do Conselho iria acontecer até o fim do ano, nas declarações, Amorim também explicou que era importante conseguir o apoio dos Estados africanos à candidatura do G-4. Na época o chanceler afirmou confiar no fato de que conseguindo o G-4 os 128 votos (2/3) necessários na Assembléia Geral, os cinco membros permanentes se sentiriam sob uma forte pressão moral em ratificar a aprovação da reforma do Conselho, lembrando que na década de 60, dois membros permanentes que eram contrários à ampliação do Conselho acabaram mudando de opinião e ratificando a reforma.

Ainda no mês de setembro, em entrevista a programa televisivo da rede inglesa BBC¹⁹, o chanceler Celso Amorim negou que o pleito por um assento permanente fosse o centro da política externa brasileira, afirmando que o país prioriza a integração sul-americana. Na mesma entrevista, Amorim negou que a ampliação do órgão iria comprometer a sua eficácia e que a ampliação seria benéfica aos interesses dos EUA.

Em janeiro de 2006, o Brasil quitou uma dívida de 135 milhões de dólares para com as Nações Unidas, correspondente a três anos de contribuições ao orçamento regular, orçamento de operações de paz e aos tribunais para Ruanda e para a ex-Iugoslávia (Marra & Motta, 2006, p 1).

Em junho de 2006, o chanceler Celso Amorim reconheceu que era preciso paciência em relação à reforma do Conselho e que nas suas palavras, o reconhecimento atual de que não se pode mencionar reforma do Conselho atualmente sem mencionar interesses dos países em desenvolvimento, em especial a Índia e o Brasil simbolizava

¹⁶ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050525_adrianaba.shtml acesso em 21 de maio de 2007

¹⁷ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050524_pimenta.shtml acesso em 21 de maio de 2007

¹⁸ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050914_angelaamorimcg.shtml acesso em 21 de maio de 2007

¹⁹ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2005/09/050920_celsoamorimjag.shtml acesso em 23 de maio de 2007

uma avanço dos debates sobre o tema já que há dez anos atrás, segundo Amorim, se mencionava apenas Alemanha e Japão.²⁰

Em julho de 2006, a Ministra das Relações Exteriores do Reino Unido, Margaret Becker em visita ao Brasil afirmou apoio ao pleito brasileiro de um assento permanente.²¹

Em maio de 2007 foi noticiado que até setembro de 2007, o Brasil iria quitar todas as suas dívidas com as Nações Unidas. No total, o Brasil deve 193,9 milhões de dólares aos 117 organismos internacionais do qual é membro, dos quais 105 milhões para a ONU.

Segundo Claudia Diani e André Soliani, o orçamento do Itamaraty reservado para pagar organismos internacionais é de 150 milhões de reais, e as dívidas já fizeram com que o Brasil ficasse sem direito de voto na assembléia geral da Organização das Nações Unidas para Desenvolvimento Industrial (UNIDO) em 2003, e ainda no ano de 2007, deverão ser somados 15 milhões de dólares à dívida brasileira, por conta da MINUSTAH e dos tribunais para Ruanda e para a ex-Iugoslávia (Diani & Soliani, 2007, p 1).

Ainda em maio de 2007, durante o Fórum do Desenvolvimento Sustentável realizado em Nova Iorque, o ex-presidente americano Bill Clinton defendeu que o Brasil tivesse um assento permanente no Conselho de Segurança como representante da América Latina (Martins, 2007, p 1).

Ayllon e Viola em sua análise sobre a política externa brasileira atual criticam o que esses dois autores veem como a priorização da entrada do Brasil no Conselho de Segurança, em detrimento de uma participação do Brasil no G-8, que segundo esses autores seria mais relevante para o interesse brasileiro. Os autores criticaram ainda o que eles chamaram de gasto significativo de tempo e de energia dos diplomatas brasileira e do presidente com visitas ao exterior para conseguir apoio ao pleito brasileiro. Ainda segundo Ayllon e Viola, a diplomacia brasileira ignorou as reais possibilidades de reforma do Conselho, a resistência dos cinco membros permanentes e em especial a posição americana de priorizar outros tipos de reforma nas Nações Unidas. É, portanto, pelos motivos citados acima, que os dois autores vêem os esforços brasileiros em obter um assento permanente no Conselho um dos exemplos da falta de

²⁰ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/06/060602_angelaamorimp.shtml acesso em 21 de maio de 2007

²¹ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060704_beckett_cs_bacoccina.shtml acesso em 21 de maio de 2007

realismo estratégico em termos de política externa por parte do governo brasileiro (Ayllon & Viola, 2006, p 124).

América Latina e o pleito brasileiro por um assento permanente

Em pronunciamentos sobre a reforma do Conselho²², o representante da Argentina afirmou em 2004 que o conceito de representatividade regional era um conceito suscetível a diversas leituras, como por exemplo: seria o caso de um país que represente a toda a sua região? Seria o caso de sugerir que organizações regionais se tornassem membros do Conselho? Seria o caso da região contar com assentos permanentes, sem um país titular específico que fosse ocupado de maneira rotativa? Já em 1999²³, a Argentina havia defendido a criação de assentos rotativos no Conselho, afirmando que esta seria uma solução mais democrática, afirmando que nenhum Estado deveria perder a possibilidade de se eleger como membro de um Conselho que viesse a ser reformado.

Em maio de 2005, foi noticiado, de acordo com declaração de um diplomata brasileiro, na América Latina o país teria o apoio de todos os Estados, menos de Argentina, México, Colômbia e Nicarágua²⁴ No mesmo mês de maio foi noticiado²⁵ que o embaixador Jose Viegas Filho havia sido enviado a Argentina em visita para obtenção de apoio ao pleito brasileiro por um assento permanente, Viegas, no entanto negou que a visita era de apoio, mas sim de apresentação do pleito brasileiro e defendeu a necessidade de se conseguir uma convergência na região em relação a um representante regional no Conselho. Na mesma reportagem Viegas afirmou que o apoio brasileiro ao candidato uruguaio para diretor da Organização Mundial do Comércio, Carlos Perez del Catillo, deveria levar ao Uruguai a apoiar o pleito brasileiro

Em junho de 2005, o representante argentino nas Nações Unidas, Cesar Mayoral rejeitou a possibilidade de um acordo entre seu país e o G-4, e afirmou ser naquele momento um fator de aprofundamento dos conflitos o grupo apresentar sua proposta na

²² Disponível em <http://www.un.int/argentina/espanol/discursos/miscelaneos/reforma2004.htm> acesso em 14 de maio de 2007

²³ Disponível em <http://www.un.int/argentina/espanol/discursos/miscelaneos/reforma99.htm> acesso em 14 de maio de 2007

²⁴ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050524_pimenta.shtml acesso em 21 de maio de 2007

²⁵ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/05/050506_marciaomccg.shtml acesso em 23 de maio de 2007

Assembléia Geral. O embaixador argentino lembrou que a possibilidade de uma votação seria um fator gerador de complicação em muitos Estados, como por exemplo, Paraguai e Uruguai, que se veriam com a opção de ter que votar a favor ou contra o Brasil ou a Argentina. Na entrevista à imprensa, o embaixador citou que além de Argentina e México, Colômbia, Costa Rica, Trinidad e Tobago se oporiam ao pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho. Mayoral justificou a posição argentina sobre a reforma do Conselho afirmando que seu país desde 1946 foi contra a existência de membros permanentes no órgão, sendo favorem a assentos não-permanentes possíveis de serem reeleitos. Por fim, Mayoral afirmou que seu país se posiciona em relação ao tema não com a intenção de brigar com o Brasil, mas sim a favor de uma ONU mais adequada à realidade geográfica, política, cultural, populacional e econômica dos países.²⁶

Em julho de 2005, ficou explícito a falta de liderança brasileira em relação à América Latina, com o fracasso da candidatura dos candidatos do Brasil ao cargo de presidente do BID e diretor geral da OMC, em relação à candidatura de presidente do BID ficou clara a " pequena rede de aglutinação de latino-americanos " em torno do candidato brasileiro (Cardoso, 2005, p 1).

Em setembro de 2005, durante a Assembléia Geral foi noticiada a desunião da América Latina nas Nações Unidas, principalmente em relação a uma posição comum sobre reforma da organização. A Argentina, por exemplo, na época rejeitou o prazo proposto pelo G-4 de 31 de dezembro de 2005 para que a ONU definisse o modelo a ser adotado para a reforma do Conselho (Pimenta, 2005, p 1).

Em novembro de 2005, em discurso relacionado ao tema da reforma do Conselho, o embaixador chileno reiterou o apoio de seu país à candidatura do Brasil e a dos outros membros do G-4, e lembrou também a posição histórica chilena contrária ao veto e afirmou que a América Latina deveria procurar encontrar uma posição comum sobre a reforma do Conselho (Munoz, 2005, p 1).

Em relação ao posicionamento do México, Sotomayor lembra que o México serviu apenas por três períodos no Conselho como membro não-permanente (1946-1947, 1982-1983, 2002-2003) e o país nunca enviou tropas para operações de paz, mas enviou forças policiais para a missão da ONU em Salvador e os mexicanos não ocupam cargos de destaque no Secretariado (Sotomayor, 2006, p 7)

²⁶ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/050609_angelaba.shtml acesso em 21 de maio de 2007

Segundo Ledo, o lançamento em 2001 da candidatura mexicana a um assento permanente no Conselho foi uma das primeiras iniciativas de política externa do presidente Vicent Fox, e dentre as razões para o México se candidatar a um assento não-permanente estava o fato da

conveniencia de que México participe en la configuración de una nueva arquitectura de seguridad colectiva que puede hacer frente a las nuevas amenazas a la paz y la seguridad internacional. La decision de no participar en la definición de las nuevas reglas internacionales podria implicar un asislacionismo innecesario de nuestro país en el processo de reforma de las Naciones Unidas (Ledo, 2002, p 930).

Ledo reconhece também que os benefícios da participação como membro não-permanente além do prestígio que gera ao país, estão no fato de que o México consegue exercer maior influência na solução dos problemas ligados à paz e a segurança, assim como ampliar o espectro das suas relações com o exterior, permitindo poder estabelecer novas alianças e aumentar a sua capacidade de impulsionar uma agenda própria nos fóruns internacionais (Ledo, 2002, p 99).

O autor também apresenta os fatores que fizeram com que o México não apresentasse candidatura a assentos permanentes no Conselho, dentre esses fatores, a defesa do princípio da igualdade soberana entre os membros das Nações Unidas e a posição mexicana contrária ao veto, o receio de se expor a pressões bilaterais em favor de determinadas ações políticas exercidas pelas duas grandes potências do período da Guerra Fria, e que caso o México tivesse seus interesses de segurança afetados poderia agir fora do Conselho de Segurança, no sendo necessária a sua participação no Conselho (Ledo, 2002, p 94-95).

O Brasil também não lidera na América Latina a posição de maior contribuinte com operações de paz, o Brasil contribuiu apenas com sete mil e 500 soldados até 2005, a Argentina é o país mais ativo em termos de contribuições para missões de paz desde o fim da Guerra Fria, tendo contribuído com 16 mil soldados, mesmo assim, Sotomayor aponta que por ocasião da crise econômica sofrida pela Argentina em 200, a missão do país na ONU teve seu pessoal reduzido pela metade, e o país quase perdeu seu direito a voto na Assembléia Geral por causa de uma dívida de 215 milhões de dólares (Sotomayor, 2007, p 29, p 33).

De acordo com Ayllon e Viola, a candidatura brasileira contribuiu negativamente em relação a México e Argentina, prejudicando o que segundo esses

autores deveria ser a autêntica prioridade brasileira em termos de segurança: a coordenação de esforços conjuntamente com México e Argentina para melhorar a governabilidade da América Latina (Ayllon & Viola, 2006, p 125).

Em entrevista, o professor Edward Luck afirmou também que os países latino-americanos se queixavam de que nas oportunidades em que serviu como membro não-permanente no Conselho, o Brasil não teria sido aberto para estabelecer consultas com outros países latino-americanos.²⁷

A falta de um consenso regional entre os países do GRULAC²⁸ em relação ao Conselho de Segurança ficou evidente em outubro de 2006, quando Guatemala, apoiada pelos EUA, e Venezuela disputaram uma vaga disponível de assento não-permanente no Conselho. Países como Chile e Peru acabaram se abstendo da votação final, os países do Mercosul, junto com Bolívia e Cuba defendiam a candidatura venezuelana (Malamud, 2007. p 2-5). Em 17 de outubro foi noticiado que havia sido retomada a maratona de votações para decidir que Estado ocuparia a vaga deixada pela Argentina no Conselho, pelo fato de nem Guatemala e Venezuela terem conseguido o número de votos necessários, na 21ª votação realizada, a Guatemala havia recebido 101 votos e a Venezuela 79, sendo que 12 Estados se absteram, sendo que para conseguirem o assento, cada um dos Estados precisaria de 2/3 dos votos válidos, o que na 21ª votação seria o equivalente a 120 votos dos 192 membros, sendo que as abstenções não são contadas. A candidatura Venezuela contou com o apoio do China e Rússia e dos países africanos²⁹, da Liga Árabe, Cuba, Bolívia e quinze integrantes do CARICOM³⁰, e a da Guatemala com o apoio de Estados Unidos, México, Colômbia, Canadá e parte da América Central.³¹

Em novembro de 2006 após 47 rodadas de votação, foi noticiado que Guatemala e Venezuela haviam desistido de suas candidaturas, e haviam decidido apoiar a candidatura do Panamá para o assento, que acabou sendo eleito.³²

²⁷ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/050608_angelaluckdtl.shtml acesso em 23 de maio de 2007

²⁸ A sigla GRULAC se refere ao grupo dos Estados latino-americanos e caribenhos nas Nações Unidas.

²⁹ Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2006/10/061017_conselhoonudt.shtml acesso em 22 de maio de 2007

³⁰ A sigla CARICOM se refere ao Mercado Comum e Comunidade do Caribe. Para maiores informações ver <http://www.caricom.org/> acesso em 28 de maio de 2007

³¹ Ver

http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061017_guatemala_venezuela_dg.shtml acesso em 22 de maio de 2007

³² Ver <http://www.foxnews.com/story/0,2933,226877,00.html> acesso em 28 de maio de 2007

A participação do Brasil em missões de paz da ONU

A participação do Brasil em missões de paz pode ser lida tanto como parte do esforço em adquirir um assento permanente no Conselho, como uma forma de angariar prestígio internacional para o país. Segundo André Souza e Beatriz Zaccaron:

O Brasil vem percebendo a importância de se estabelecer uma política pragmática de prestígio. Naturalmente, o uso da participação em operações de paz como instrumento para o aumento do prestígio não é exclusividade brasileira. Outros países também vêm nas missões da ONU uma oportunidade de projetar uma imagem mais respeitável na comunidade internacional (Souza & Zaccaron, 2006, p 222).

Segundo Sotomayor, o Brasil evitou participar de operações de paz no período que esteve sob regime militar porque acreditava que ao adotar o isolacionismo em relação às Nações Unidas, iria evitar críticas internacionais em relação a violações de direitos humanos no país (Sotomayor, 2004, p 213).

O processo de redemocratização do país no final dos anos oitenta e início dos anos noventa apresentou, portanto a volta do país as operações de paz da ONU, com a participação na missão em Angola (UNAVEM I) em 1988, e em Moçambique (ONUMOZ) em 1994, que segundo Sotomayor constituíram os primeiros envios de tropas para missões de paz desde 1967 (Sotomayor, 2004, p 215). Segundo André Souza e Beatriz Zaccaron:

Para o governo brasileiro, a década de 90 foi um período de aprendizado, de acúmulo de experiências bem e mal sucedidas, principalmente no que diz respeito à sua participação em missões de manutenção de paz da ONU. As participações do Brasil vêm sendo aperfeiçoadas e, com isso, o prestígio agregado ao país vem crescendo (Souza & Zaccaron, 2006, p 222).

Sérgio Aguillar ressalta na sua análise sobre a participação brasileira em operações de paz que a necessidade de uma disposição a participar de maneira mais ativa em operações de paz da ONU seria um dos custos impostos por um assento permanente; ou seja, o Brasil teria que assumir custos e riscos, precisando ser feita uma análise de custos e benefícios (Aguillar, 2002, p 419, 437).

Em relação à participação do Brasil em operações de paz, o autor ressalta que o Brasil construiu sua própria doutrina militar específica para o cumprimento de missões de paz pela sua longa experiência na área (Aguillar, 2002, p 396). Albuquerque possui uma visão semelhante, segundo esse último autor:

A participação em missões de paz da ONU representa uma indicação do grau de responsabilidade que o país deseja assumir nos assuntos afetos à paz e à segurança. Essa participação ativa há que atender, integralmente, a diretriz da Política de Defesa Nacional que determina seja ela feita de acordo com os interesses nacionais (Albuquerque, 2000, p 4).

Além disso, uma participação como membro efetivo do Conselho, exigirá das Forças Armadas brasileiras, o Ministério da Defesa ou qualquer outro setor ligado à área de segurança um incremento em seu aparelhamento logístico maior. Portanto, devemos pensar se estariam esses setores prontos a corresponder a essas demandas, e quais seriam os sacrifícios para que essas demandas sejam alcançadas? O que gera dúvidas em relação à real capacidade do Brasil em financiar as responsabilidades de membro permanente. O representante dos Estados Unidos ressalta, por exemplo, que assentos adicionais no Conselho acompanhariam certamente custos adicionais para os países que os adquirirem (Sklar, 1999, p 2).

Até o presente momento, a análise mais completa da participação brasileira em operações de paz foi feita por Paulo Roberto Campos Tarrisse da Fontoura. Em sua análise, esse autor afirma que o custo para o Brasil da participação nas operações de paz é compensado por estas missões proporcionarem justamente treinamento aos soldados brasileiros, pelo fato de ser uma obrigação do país como membro da ONU (Fontoura, 2005, p 228) O mesmo autor defende ainda que o governo não pode decidir sobre a participação ou não em uma operação de paz a partir do receio em relação à reação da opinião pública, mas que o governo pode fomentar maior consciência por parte da opinião pública sobre as implicações do envolvimento nessas operações (Fontoura, 2005, p 268). O autor percebe ainda no engajamento brasileiro nessas missões uma preocupação em participar de operações de paz em que haja consentimento das partes, idioma semelhante ao falado no Brasil, afinidade cultural e condições naturais semelhantes à realidade brasileira (Fontoura, 2005, p 300).

Em 1996, a política de defesa nacional³³ listou entre os seus objetivos de defesa nacional :

f. a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção no processo decisório internacional; e

g. a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais.

E apresentou entre as sua diretrizes:

b. participar crescentemente dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão

e. participar de operações internacionais de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais;

O Itamaraty disponibiliza em seu site uma apresentação sobre a participação brasileira em operações de paz da ONU³⁴, segundo o ministério:

O Governo brasileiro acredita que as operações de manutenção da paz são apenas parte de um contexto bem mais amplo em matéria de manutenção da paz e segurança internacionais. Em outras palavras, não basta enviar operações de paz, é preciso equacionar os problemas que tornam as operações de paz necessárias. Nessa linha, o Brasil tem tradicionalmente enfatizado a necessidade de que as Nações Unidas priorizem a questão da prevenção dos conflitos, de modo a evitar que estes irrompam.

De acordo com Velloso, existe por parte dos tomadores de decisão brasileiros de que a participação em operações de paz da ONU poderia contribuir e influenciar o processo do país ser convidado a assumir um assento permanente em um Conselho de Segurança renovado (Velloso, 2002, p 12) .

Em 1993, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre Operações de Paz, de acordo com Velloso, o grupo se propunha a aumentar a influência brasileira no Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, melhorar a coordenação entre as Forças Armadas, o Ministério da Justiça, o Itamaraty e o Superior Tribunal Eleitoral no que diz respeito ao envio de soldados, policiais e observadores eleitorais às operações, atualizar a legislação relacionada ao envio de tropas ao exterior, e avaliar as possibilidade de criação de formas unidades de elite para atuar em

³³ Disponível em https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/DEFES.HTM acesso em 15 de maio de 2007

³⁴ Ver http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=369&Itemid+316 acesso em 15 de maio de 2007

operações de paz, treinadas e equipadas para agir a pedido das Nações Unidas (Velloso, 2002, p 23), além de melhorar a capacitação das embaixadas brasileiras no acompanhamento dos contingentes brasileiros servindo em missões de paz (Souza & Zaccaron, p 213). De acordo com a análise de Fontoura:

As deliberações do GTI levaram as Forças Armadas a incorporarem definitivamente, entre as suas funções, o atendimento a solicitações de participação em missões de paz. O então Estado Maior das Forças Armadas, em substituição ao Exército, passou a ser o ponto focal no governo de Figueiredo para processar, em coordenação com o Itamaraty, os pedidos de cessão de observadores militares ou de tropas (Fontoura, 2005, p 223).

Em 1994, o Brasil foi convidado a participar do Departamento de Operações de Paz da ONU, fornecendo assim maior acesso ao país às informações sobre a organização das missões e sobre os processos pagamento de reembolso e de indenizações, sendo que em junho de 1998, o Brasil se tornou o quinto maior contribuinte com sete oficiais servindo no Departamento ³⁵(Velloso, 2002, p 30) As indicações para o Departamento eram de caráter político e baseadas em quotas nacionais e negociações feitas no Conselho de Segurança, os oficiais que serviam no Departamento eram normalmente de alta patente designados pelos seus próprios Estados membros (Sotomayor, 2004, p 220).

A participação do Brasil na MINUSTAH

“Pense no Haiti, reze pelo Haiti”.

“O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”.

Caetano Veloso

Ao analisarmos a campanha brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança não podemos deixar de tratar da MINUSTAH. Gratius defende, por exemplo, o argumento de que a participação na MINUSTAH está vinculada com a aspiração a um assento permanente no Conselho, devido ao fato da missão ter sido

³⁵ Em fevereiro de 1999 a ONU suspendeu a livre indicação de oficiais para trabalhar no Departamento de Operações de Paz porque o tempo de permanência desses oficiais era de apenas dois anos, decidindo contratar oficiais aposentados ou que estavam fora de serviço com o objetivo de criar um corpo especializado permanente Ver Velloso, 2002, p 32

estabelecida pouco antes do início do debate sobre reforma do sistema ONU iniciado em 2005 (Gratius, 2007, p 18).

A MINUSTAH³⁶ é a sigla em francês para Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, e foi estabelecida pela resolução 1542³⁷ do Conselho em 2004, do qual participam 1,2 mil militares brasileiros³⁸, sendo que o Brasil detêm a liderança da missão. De acordo com a resolução 1743³⁹ do Conselho adotada em 15 de fevereiro de 2007, o mandato atual da missão terminará em 15 de outubro de 2007.

A análise da participação do Brasil na MINUSTAH é importante porque o país tradicionalmente se negava a enviar tropas a missões de imposição da paz, ligadas ao capítulo sete da Carta das Nações Unidas, sendo que o crescimento dessas missões na década de noventa simbolizou uma diminuição da participação brasileiras em operações de paz, tendo o país participado pela primeira vez em uma missão deste tipo em 1999 no Timor Leste (Tripodi & Villar, 2005, p 23).

A análise da participação brasileira é ainda importante por se tratar da missão mais complexa da qual o Brasil já participou e por ser a primeira em que o Brasil assumiu a liderança, mais especificamente da liderança militar da missão, no entanto, pela missão ainda se encontrar em curso uma avaliação definitiva sobre a participação brasileira na MINUSTAH ainda não pode ser concluída.

As avaliações em relação ao envolvimento do Brasil na missão são na sua grande maioria negativas, vendo na participação brasileira uma submissão aos interesses dos membros permanentes do Conselho, em especial dos EUA e da França, para alguns analistas o envio de tropas ao Haiti evocou um outro momento controverso de nossa política externa, quando em 1965, no início do governo militar em nosso país, o Brasil enviou tropas para a República Dominicana, vizinha do Haiti, por uma missão da Organização dos Estados Americanos comandada pelos Estados Unidos (Osava, 2004, p 3). É importante ressaltar ainda que tanto o êxito quanto o fracasso da participação brasileira no Haiti certamente terão um impacto na candidatura do Brasil, como

³⁶ Para maiores informacoes sobre a MINUSTAH ver <http://www.un.org/Depts/dpko/missions/minustah/facts.html> e <http://www.minustah.org> acesso em 25 de maio de 2007

³⁷ O texto completo da resolucao 1542 pode ser acesso em ingles em formato PDF em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/332/98/PDF/N0433298.pdf?OpenElement> acesso em 23 de maio de 2007

³⁸ Os primeiros soldados brasileiros chegaram ao Haiti no dia 1 de junho de 2004. Ver Kawagati, 2006, p 32.

³⁹ Para a integra da resolucao em ingles e em formato PDF ver: <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/240/92/PDF/N0724092.pdf?OpenElement> acesso em 25 de maio de 2007

propaganda positiva ou negativa, e talvez motivem um maior debate na sociedade brasileira sobre o envolvimento do país em operações de paz. Segundo Tripodi e Villar:

Lula comprendio que la política exterior de Brasil debe ser coherente por lo que el país debe tomar responsabilidades y demostrar sus capacidades de liderazgo y efectividad militar para el despliegue de fuerzas armadas si es que pretende tener un rol en la definición de la seguridad regional (Tripodi & Villar, 2005, p 23).

Luis Feldman vê, por exemplo, na participação do Brasil na MINUSTAH um esforço do país com o intuito de alcançar um assento permanente no Conselho, em se aproximar de uma categoria de membro ideal, que incluiria contribuições financeiras, militares e diplomáticas às Nações Unidas (Feldman, 2005). Segundo Uziel a participação em operações de paz permite ao Brasil um “posicionamento para transformar por meio do multilateralismo, o sistema internacional em termos mais favoráveis à sua visão de mundo”, sendo assim, “interesses egoístas e altruístas são apenas extremos de um espectro de razões que justificam a decisão brasileira de enviar tropas ao Haiti” (Uziel, 2006, p 102).

O envolvimento no Haiti seria fruto de uma percepção de que um papel de liderança é garantido pela participação ativa na resolução de problemas e tensões que afetam o sistema internacional. Para o Brasil consolidar a sua imagem de liderança regional, é necessário o envolvimento no Haiti, porém ao colocar o envolvimento na MINUSTAH como um medidor de se o país estaria apto a assumir responsabilidades internacionais do nível de um membro permanente do Conselho é perigoso, porque o país passa a depender do sucesso a qualquer custo da missão.

Monica Hirst cita discurso do chanceler Celso Amorim na OEA afirmando que a presença no Haiti é um exemplo da substituição de uma política de não-intervenção por uma de não-indiferença (Hirst, 2006, p 8).

Vassoler-Froelich em sua análise sobre as motivações que teriam levado o Brasil a enviar tropas ao Haiti argumenta que alguns autores afirmam que uma das principais motivações dos Estados em participar de operações de paz e o ganho de prestígio internacional, a participação em operações de paz provêem reconhecimento internacional (Vassoler-Froelich, 2007, p 4).

A autora identifica o envolvimento na MINUSTAH como parte do interesse em ocupar um assento permanente no Conselho (Vassoler-Froelich, 2007, p 9). Ainda segundo a autora, a preferência pelo multilateralismo, que inclui o esforço de

fortalecimento das Nações Unidas deve ser considerada como pragmática, já que a promoção dos mecanismos multilaterais (incluindo as operações de paz) serve para atenuar os desequilíbrios do sistema internacional, que segundo a autora na opinião da diplomacia brasileira favorecem as nações ricas. Baseada nessas afirmações a autora constata que em vez de ser uma tendência solidária e humanitária por parte do Brasil, o multilateralismo é uma forma de alterar a ordem internacional, sendo a lógica do Itamaraty de acordo com Vassoler-Froelich, a visão de que um envolvimento mais assertivo nos assuntos internacionais, apoiado no direito internacional, é uma forma de projetar o poder do país e assim conseguir alcançar os objetivos de interesse nacional (Vassoler-Froelich, 2007, p 12).

Por fim a autora afirma que o objetivo de se conseguir um assento permanente não deve ser entendido como um objetivo isolado, mas como meio do país alcançar seu objetivo principal de desenvolvimento nacional, utilizando a política externa como instrumento (Vassoler-Froelich, 2007, p 13).

Em sua análise sobre as operações de paz de maneira geral, Uziel afirma que os países que contribuem com tropas conseguem algumas vantagens, como por exemplo, o ganho de maior importância na reestruturação do sistema de segurança coletiva, assim como “maior poder de barganha sobre como proceder em relação a um conflito em particular” (Uziel, 2006, p 101). Ainda segundo esse autor em visão semelhante a de Vassoler-Froelich, em relação à participação do Brasil na MINUSTAH, a manutenção e o fortalecimento da ordem internacional é uma forma de valorização da própria atuação internacional do país, já que a participação em operações de paz permite ao Brasil:

um melhor posicionamento na constante negociação para fazer do sistema internacional, por meio do multilateralismo, um cenário que considere mais favorável e mais de acordo com sua visão de mundo. Sob essa perspectiva, interesses egoístas e altruístas são apenas extremos de um espectro de razões que justificam a decisão brasileira de enviar tropas ao Haiti sob a égide das Nações Unidas (Uziel, 2006, p 102).

A presença no Haiti ainda levantou debates na sociedade brasileira em relação às despesas de 266,8 milhões de reais que a missão já tinha custado ao país (até janeiro de 2006), e que poderiam ter sido empregados na proteção das fronteiras nacionais brasileiras e no combate a criminalidade urbana (Marques e Pardellas, 2006, p 1).

As tropas da MINUSTAH sob liderança brasileira até o momento falharam em promover o desarmamento da população civil e das gangues que operam nas cidades haitianas, principalmente em certas áreas mais pobres da capital Porto Príncipe⁴⁰.

A postura oficial do Itamaraty tem sido a de justificar a presença no Haiti como uma preocupação do país em “atender aos preceitos constitucionais de prevalência dos direitos humanos, a defesa da paz e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (Marques, 2005), além disso, colocou-se o fato de participar de missões de paz como um das obrigações dos Estados membros da ONU. A postura oficial do Itamaraty foi enfatizar que a missão tem sido bem sucedida e elogiada. O Secretário Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por exemplo, defende que a participação do Brasil na MINUSTAH representa a contribuição brasileira para a estabilidade regional (Guimarães, 2005, p 441).

Gauthier e Sousa citam em sua análise, afirmações do líder do governo no Congresso, deputado Luiz Carlos da Silva, Professor Luizinho, afirmando que o envio de tropas e a liderança da missão no Haiti é uma oportunidade para o país continuar seu pleito por um assento permanente (Gauthier & Sousa, 2006, p 1).

Ainda segundo essas autoras, em 29 de fevereiro de 2004, o Brasil votou a favor da resolução 1529⁴¹ que previa o estabelecimento de uma força multinacional interina para o Haiti, mas não concordou em enviar tropas. O argumento brasileiro segundo as autoras, era de que a resolução estabelecia uma missão de imposição de paz que agiria baseada no capítulo sete da Carta da ONU e que o Brasil só concordaria em agir em uma operação de paz subsequente que fosse estabelecida de acordo com o capítulo seis da Carta⁴².

Em 30 de abril de 2004, foi aprovada a resolução 1542, estabelecendo a MINUSTAH, no entanto, segundo Gauthier e Sousa, a inconsistência da posição brasileira está no fato de que a resolução 1542 também age de acordo com o capítulo sete da Carta da ONU. A resposta brasileira às críticas em relação a essa inconsistência

⁴⁰ Para uma análise jornalística da atuação das tropas brasileiras no Haiti ver Kawagati, 2006 e para um depoimento de um soldado brasileiro que serviu na MINUSTAH ver Ruppenthal, 2007.

⁴¹ O texto completo da resolução 1529 pode ser encontrado em inglês em formato PDF em <http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N04/254/10/PDF/N0425410.pdf?OpenElement> acesso em 23 de maio de 2007

⁴² O capítulo seis da Carta da ONU se refere às operações de paz, em que é necessário o consentimento das partes em conflito em relação à presença de forças estrangeiras. O capítulo sete permite o uso da força sem o consentimento das partes. Segundo Gauthier e Sousa, normalmente os governos relutam em enviar tropas em missões baseadas no capítulo sete por essas missões envolverem maior responsabilidade e maiores riscos para as tropas. Ver: Gauthier e Sousa, 2006, p 2

é de que, a resolução 1529 faz referência ao capítulo sete da Carta logo em seu preâmbulo, quando que a 1542 apenas menciona o capítulo sete pela primeira vez na sua sétima sessão, e assim a resolução só se referiria ao capítulo sete nesse parágrafo e não na resolução toda (Gauthier e Sousa, 2006, p 2).

Os eventos que tiveram maior repercussão no Brasil ligados à presença brasileira no Haiti foi o jogo de futebol amistoso organizado entre a seleção brasileira de futebol e a seleção haitiana no dia 18 de agosto de 2004, conhecido como “jogo da paz”, o suicídio do general Urano Bacellar, comandante militar da MINUSTAH, em sete de janeiro de 2006⁴³, notícias sob os custos financeiros da participação brasileira na missão, comparando os gastos no Haiti com os gastos em segurança pública no Brasil⁴⁴ e as suspeitas de que o Brasil, visando garantir a estabilidade política no país, teria pressionado pelo anúncio da vitória do candidato René Préval nas eleições presidenciais haitianas, apesar de acusações de fraudes na eleição. ⁴⁵Segundo Brigagão e Fernandes:

No episódio da vitória eleitoral de René Préval, a diplomacia brasileira, representada pelo intenso e inteligente trabalho do embaixador Paulo Cordeiro, foi quem acabou apontando a solução para o impasse criado. Valendo-se de lacuna legal, o representante diplomático brasileiro, apresentou a proposta que viabilizaria a possibilidade de Préval ser declarado vencedor e que acabou recebendo o apoio dos países envolvidos com a missão de paz e de funcionários da MINUSTAH (Brigagão & Fernandes, 2006, p 6)

Ainda em relação às repercussões internas da presença no Haiti, Clóvis Brigagão e Fernanda Fernandes mencionam a oposição à participação brasileira no Haiti feita pelo Comitê pela Retirada das Tropas Brasileiras no Haiti, sindicatos e de alguns partidos políticos como o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), segundo esses autores, no Congresso houve tentativa de se extinguir o decreto legislativo 207⁴⁶ de 19 de maio de 2004 que autorizou o envio de tropas ao Haiti (Brigagão & Fernandes, 2006, p 4)

Em abril de 2004, foi circulado pela internet um manifesto de março de 2004, da campanha “Não ao envio de tropas do Brasil ao Haiti”, esse documento⁴⁷ foi dirigido ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, e qualificava as tropas estrangeiras no Haiti como

⁴³ Ver Marques & Rodrigues, 2006 ; Barella, 2006 ; Oliveira & Damé, 2006 e “ Suspeitas cercam morte de brasileiro” Jornal do Brasil, 8 de janeiro de 2006

⁴⁴ Ver Marques & Pardellas, 2006

⁴⁵ Ver Machado, 2006

⁴⁶ Disponível em formato PDF em http://www.in.gov.br/materias/pdf/do/secao1/20_05_2004/do1-2.pdf acesso em 16 de maio de 2007

⁴⁷ Ver <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/04/277171.shtml> acesso em 23 de maio de 2007

tropas de ocupação e pedia que as tropas brasileiras não fossem enviadas ao país, o documento afirmava ainda que o envio de tropas ia em choque com a defesa da soberania e a resolução democrática dos conflitos afirmadas pela política externa brasileira. O texto lembrou ainda o envio de tropas brasileiras à República Dominicana em 1965 durante o período do governo militar, qualificando aquela intervenção como a derrubada de um governo legitimamente eleito, e afirmando que um governo democrático não poderia repetir a mesma ação. O manifesto foi assinado por políticos (senadores, vereadores e deputados do PT, partido do governo), intelectuais, acadêmicos e sindicalistas. Ainda em maio de 2005, foi organizada uma manifestação pública contra o envio de tropas ao Haiti na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Gauthier & Sousa, 2006, p 3).

Monica Hirst lembra que o governo brasileiro procurou conduzir esforços para conseguir maior apoio interno à sua presença no Haiti, promovendo visitas de políticos brasileiros ao país. Segundo a autora, após suas visitas ao país, o senador do PSBN Cristovam Buarque(que visitou o país em setembro de 2005) e o deputado federal do PV, Fernando Gabeira (que visitou o Haiti em fevereiro de 2006) modificaram suas posturas em relação a presença brasileira no Haiti (Hirst, 2006, p 9).

Alguns analistas acreditam que o maior motivo para o insucesso da missão no Haiti seja o atraso por parte dos países envolvidos, entre eles o Brasil, no envio dos recursos necessários para o sucesso da missão (Pepe e Mathias, 2005, p 65), como o mandato da missão ainda não está concluído, análises futuras poderão se dedicar sobre os impactos da participação da MINUSTAH na campanha pelo assento permanente.

Segundo Monica Hirst, a responsabilidade brasileira com a liderança militar no Haiti é valorizada como uma oportunidade de permitir uma projeção do país através da colaboração com a comunidade internacional, no contexto de novas ameaças e conflitos, e desafios humanitários (Hirst, 2006, p 12).

Gratius percebe na MINUSTAH alguns pontos positivos, mesmo com limitações, a missão possui um mandato mais político-social do que militar, sendo na América Latina a primeira missão que pretende atacar as causas (a fragilidade do Estado) e os sintomas do problema (o conflito violento). Ainda segundo a autora, o compromisso do Brasil com o MINUSTAH permitiu pela primeira vez vincular o Haiti à agenda latino-americana e percebê-lo como parte da geografia e da identidade cultural da América Latina. Gratius lembra ainda que a MINUSTAH é a primeira missão liderada e administrada principalmente por sul-americanos podendo criar assim um

importante antecedente para uma futura coordenação militar entre os países sul-americanos (Gratius, 2006, p 6).

Por fim, é preciso ressaltar que apesar do envolvimento de um país em missões de paz ser um componente importante na medição do comprometimento desse Estado para com o multilateralismo e tornar esse país um candidato desejável a assumir maiores responsabilidades dentro de uma organização como as Nações Unidas, o envolvimento em operações de paz não pode e não deve ser analisado como um fator isolado que credencie um Estado a assumir um assento permanente no Conselho de Segurança.

Conclusão

Alguns analistas vêem no caso brasileiro uma falta de condições de projetar poder, sendo poder entendido como capacidade militar e recursos financeiros, o que impediria qualquer sucesso por parte do Brasil em alcançar um assento permanente no Conselho, sendo que a falta de posições claras sobre uma série de questões internacionais importantes seria um fator que comprometeria mais ainda a obtenção de um assento por parte do Brasil (Almeida, 2005, p 22). O argumento de Almeida evidência uma realidade, o fato de que apesar de haver por parte dos cinco membros permanentes em muitas ocasiões uma falta de interesse político em intervir militarmente ou em dispor de recursos financeiros de forma a solucionar algum conflito internacional ou até mesmo de articular posições claras a respeito desses conflitos, fica claro de que países interessados em obter assentos permanentes no Conselho seriam cobrados nesses elementos tanto como quesito para eleição desses Estados a assentos permanentes no Conselho, como quanto para quesito de permanência nele.

O elemento curioso é de que apesar da continuidade ser um fator reconhecido e valorizado, por fornecer coerência à atuação diplomática brasileira, e apesar do governo que se iniciou em 2003 e foi reeleito em 2006 procurar em alguns aspectos da política externa se distanciar, ainda que de maneira indireta da do governo anterior (rejeição mais direta da ALCA, aproximação maior para com a África, valorização da cooperação Sul-Sul) visto como mais alinhada aos interesses dos Estados Unidos e do neoliberalismo econômico, o tema da reforma do Conselho de Segurança e da obtenção de um assento permanente para o Brasil se apresenta como uma constante e um ponto em comum entre os dois governos.

Além de se apresentar como uma constante, o discurso por um assento permanente para o Brasil elaborado pelo Itamaraty busca mostrar o pleito brasileiro como consensual e como um elemento componente do interesse nacional brasileiro, essa apresentação do pleito brasileiro como consensual serve para legitimar tanto a própria candidatura e as ações de política externa voltadas para a obtenção do assento permanente (por exemplo, o IBAS, o G-4⁴⁸, a participação na MINUSTAH). Segundo Alexandra de Mello e Silva, a resposta da sociedade brasileira tem sido na grande maioria ou de apoio ao pleito brasileiro ou de indiferença em relação à questão, para um tema, que segundo a autora, implica um custo financeiro e militar ao país (Mello e Silva, 1995, p 153). As críticas ligadas à questão do pleito brasileiro se apresentam ainda muito mais associadas ao que foi percebido como concessões que o país se dispôs a fazer em troca de possíveis apoios à sua candidatura (reconhecimento da China como economia de mercado⁴⁹, perdão da dívida externa de alguns países africanos e latino-americanos⁵⁰, abertura de novas embaixadas⁵¹), do que em relação à natureza do pleito em si e suas implicações para o país.

Segundo Sotomayor, em pesquisa realizada em 1998 pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), com a comunidade brasileira de relações internacionais (líderes políticos, diplomatas, empresários, acadêmicos e jornalistas), 76% dos entrevistados afirmaram que o Brasil deveria ter um assento permanente no Conselho, sendo que 88% afirmaram ainda que o país deveria participar de operações de paz das Nações Unidas, mesmo assim apenas 49% afirmaram que o treinamento de

⁴⁸ A composição e os objetivos do G-4 foram tratados no capítulo anterior deste trabalho.

⁴⁹ O reconhecimento da China como economia de mercado se deu em novembro de 2004, quando da visita do presidente chinês Hu Jin Tao ao Brasil. O reconhecimento implica que os futuros processos anti-dumping que o Brasil poderia mover contra a China ficarão sujeitos às regras da OMC. Ver http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/printable/041112_jintao.shtml acesso em 25 de maio de 2007

⁵⁰ Em julho de 2004 foi noticiado que o Brasil havia perdoado 52 milhões de dólares da dívida da Bolívia para com o país. Ver <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2004/07/287101.shtml> acesso em 28 de maio de 2007.

Em setembro de 2004 foi noticiado que o Brasil havia perdoado 315 milhões de dólares da dívida de Moçambique para com o país. Ver <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=147268> acesso em 28 de maio de 2007.

Em dezembro de 2005 foi noticiado que o Brasil havia perdoado 85 milhões de dólares da dívida das Nigéria para com o país. Ver <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=241441> acesso em 28 de maio de 2007.

⁵¹ Entre 2004 e 2006 foram criadas representações em Adis Abeba (Etiópia), Astana (Cazaquistão), Belmopan (Belize), Cartum (Sudão), Colombo (Sri Lanka), Conacri (Guiné), Dodoma (Tanzânia), Doha (Catar), Iaundé (Camarões), Lomé (Togo), Lusaca (Zâmbia), Malabo (Guiné Equatorial), Nassau (Bahamas), Porto Novo (Benin), Zagreb (Croácia) Ver http://www.planalto.gov.br/ccvil_03/Ato2004-2006/2004/Decreto/D5073.htm acesso em 15 de maio de 2007

soldados brasileiros para missões no exterior deveria ser uma prioridade (Sotomayor, 2006, p 15).

Em artigo publicado em setembro de 2004, o jornalista Ricardo Setti fez um questionamento sobre quais seriam as responsabilidades e as obrigações do Brasil caso conseguisse um assento permanente. Setti questionou ainda que mesmo com a pretensão brasileira sendo válida, o governo deveria explicar as razões e as vantagens da candidatura brasileira⁵².

No que diz respeito a informações sobre o pleito brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança, o site do Ministério das Relações Exteriores apresenta uma defasagem de dez anos:

temos procurado influir positivamente nas discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Defendemos a tese de que a maior eficácia do órgão, para cumprir o papel que lhe cabe no sistema internacional pós-Guerra Fria, depende do aumento da sua legitimidade internacional e da sua representatividade - o que se traduz em um aumento criterioso de membros permanentes e não-permanentes.

Sem nos mobilizarmos em uma campanha por uma candidatura a membro permanente, temos deixado claro que defendemos uma reforma do Conselho nesses moldes e que estamos dispostos a colaborar em um Conselho ampliado, se formos chamados a fazê-lo. Mais uma vez, convém que se reafirme: não se trata de um pleito ou de uma candidatura. Não se trata tampouco de uma iniciativa de busca de prestígio e liderança. E muito menos estamos subordinando qualquer interesse da nossa política externa em geral ou da intensa teia de relacionamentos com nossos parceiros em todo o mundo a esse objetivo. Fazemos, isso sim, uma defesa sincera da necessidade de reformar as Nações Unidas, até como signo de sua vitalidade, ao iniciar-se seu segundo meio século de existência em um ambiente internacional inteiramente diverso daquele que lhe deu origem. (...)⁵³

E as últimas informações sobre a presença do país no Conselho como membro não-permanente e que fazem menção ao pleito brasileiro são de 1998:

De acordo com o Governo brasileiro, a alteração no número e composição dos membros do Conselho de Segurança é crucial e deve satisfazer à necessidade de ampliar a legitimidade e o caráter representativo do órgão, preservando, de forma simultânea, sua viabilidade operacional. O Brasil adere ao consenso a respeito da necessidade de diminuir o atual desequilíbrio na composição do

⁵² Ver <http://nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newstorm.notitia.presentation.NavigationServle> em 23 de maio de 2007

⁵³ Ver http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=364&Itemid=316 acesso em 15 de maio de 2007

Conselho, perceptível tanto na proporção entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que são membros permanentes, como de membros permanentes em relação ao número total de integrantes.

Um assento permanente impõe responsabilidades e custos adicionais. O Brasil encontra-se preparado para assumir essas responsabilidades e custos, se eventualmente convocado pela comunidade internacional a fazê-lo. No entanto, o País, décimo maior contribuinte do orçamento regular e o maior entre os países em desenvolvimento, não é favorável ao aumento de suas contribuições para o orçamento regular e de manutenção da paz sem que, como contrapartida, tenha assegurada voz em todos os órgãos deliberativos relevantes⁵⁴.

Em termos da articulação política, o Brasil tem utilizado também sua extensa rede de representações diplomáticas no exterior para promover o pleito brasileiro por um assento permanente buscando o apoio de outros Estados, nesse sentido, o país se encontra em vantagem em relação a outros Estados latino-americanos que poderiam disputar o assento, segundo dados do Ministério das Relações Exteriores' Comércio Exterior e Culto da Argentina existem apenas oito embaixadas argentinas no continente africano em comparação com 23 embaixadas e consulados brasileiros no continente africano⁵⁵ e apenas quatro embaixadas e consulados mexicanos localizados no continente⁵⁶.

De acordo com Sotomayor, o Brasil utiliza a sua extensa rede de representações diplomáticas para promover o que o autor chama de diplomacia entre capitais, que envolve barganhas entre diferentes aliados internacionais que acabam por fortalecer sua missão permanente em Nova Iorque. Se o Brasil precisa de algum voto em alguma resolução promovida pelo Brasil, o Itamaraty pode usar as suas representações diplomáticas no exterior para angariar apoio (Sotomayor, 2006, p 41).

No caso brasileiro, a falta de consenso regional quanto a sua candidatura um assento permanente tem feito o país procurar se legitimar através de sua atuação no âmbito internacional, em especial a nível das Nações Unidas, seja pela participação em operações de paz, ou pela contribuição ao orçamento da organização. No entanto, no futuro, o país pode sofrer alguma dificuldade em coordenar a diversidade dos campos de atuação do Brasil dentro das Nações Unidas, tais como a liderança na MINUSTAH,

⁵⁴ Ver http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=363&Itemid=316 acesso em 15 de maio de 2007

⁵⁵ Ver <http://www2.mre.gov.br/deaf/> acesso em 16 de maio de 2007

⁵⁶ Ver Sotomayor, 2006, p 39

articulação política pela reforma do Conselho, articulação a nível internacional no combate à fome e a pobreza⁵⁷ e na quebra de patentes de medicamentos.

No caso brasileiro parece que a busca por um assento permanente tem prejudicado a promoção de uma comunidade sul-americana de nações, e que nesse sentido caberia ao Brasil um esforço de convencimento para com os demais países da América Latina, principalmente México e Argentina, de que a ascensão do Brasil não lhes seria prejudicial.

Apesar da dimensão do aumento no prestígio internacional que um assento permanente no Conselho traria é importante lembrar que o pleito por um assento permanente acabou servindo para um maior envolvimento no multilateralismo e nos custos de manutenção do sistema internacional.

Sendo assim, é importante que o fracasso na campanha pela obtenção de um assento permanente não deva em nenhuma medida ser utilizado como justificativa para o distanciamento por parte do Brasil das Nações Unidas, ou para uma desvalorização do multilateralismo na política externa brasileira. O pior dos mundos é um Conselho sem reforma, e sem poder contar com a contribuição que o Brasil vem dando com sua presença constante no órgão como membro não-permanente.

Referências Bibliográficas

- ABDENUR, Roberto “Política externa e desenvolvimento” In **Política Externa**, vol 3, no 3 1994-1995.
- “Diplomacia e consenso” *Jornal do Brasil*, 16 de setembro de 1994.
- “Política externa brasileira e sentimento de exclusão” In FONSECA JR, Gelson e CASTRO, Sérgio N de. **Temas de Política Externa II**. Brasília: FUNAG/IPRI, 1994b.
- ABBOTT, Maria Luisa “Candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança ganha fôlego” Folha de São Paulo, 7 junho de 2003
- AGUILLAR, Sérgio. As forças de paz do Brasil balanço In BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA JR, Domicio **Brasil e o mundo novas visões**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/Konrad Adenauer Stiftung 2002, 446p.
- ALMEIDA, Paulo Roberto A ONU e a questão da assimetria de poder. Conferência na IV Semana de Relações Internacionais PUC-SP, 11 de maio de 2005.
- AMORIM, Celso. A ONU aos sessenta In: **Política Externa**, v 14, n 2, 2005, p 17-24.

⁵⁷ Ver Declaração de Nova Iorque sobre a ação contra a fome e a pobreza disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/temas_agenda/acfp/acfp_port/projeto_final.doc acesso em 30 de maio de 2007

-Multilateralismo acessório In **Política Externa**, v 11, n 3, 2002-2003, p 55-61
- “The total size of an enlarged Security Council ” Statement by his Excellency Ambassador Celso L N Amorim, Permanent representative of Brazil to the United Nations New York, 4 May 1998 disponível em <http://www.un.int/brazil/speech/98d-clna-enlarge.htm> acesso em 4 de maio de 2007
-O Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas In: **Política Externa** v. 3, n 4, 1995, 3-15
- ANNAN, Kofi “Pronunciamento final ”In: **Política Externa** vol 15, n 4, 2007, p 69-74
- In larger freedom: towards development, security and human rights for all. Report of the Secretary General. New York: United Nations, document A/59/2005, 21 March, 2005, 88p.
- Dentro de uma liberdade mais ampla: momento de decisão nas Nações Unidas In **Política Externa**, v 14, n 2 , 2005, p 7-16.
- ARAUJO CASTRO, João Augusto de Fundamentos da paz internacional: balança de poder ou segurança coletiva In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v 13, n 49-50, 1970, p 7-23
- ARRAES, Virgílio Caixeta. O Brasil e o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas: dos anos 90 a 2002 In: **Revista Brasileira de Política internacional** v 48., n 2, 2005, 152-168.
- AYLLON, Bruno & VIOLA, Eduardo “Lula y el deficit de realismo estrategico en politica exterior” **Política Exterior** v 113, 2006, p 123-134.
- AVELAR, Renata O Brasil no contexto da reforma das Nações Unidas Diálogos em Relações Internacionais, v 1, n 1, 2005 Disponível em www.franca.unesp.br/revistari/Renata%20Avelar%5B1%5D.pdf acesso em 22 de maio de 2007
- BAENA SOARES, João Clemente Nossa responsabilidade comum In: **Política Externa**, v 14, n 2 , 2005, p 41-54.
-A tarefa do grupo dos dezesseis e as Nações Unidas In: **Cadernos Adenauer**, v 6, n 1, 2005 , p 73-94.
- Conselho de Segurança: competência, controle, contenção, 2005.
- BARACUHY, Braz. A crise da Liga das Nações de 1926: realismo neoclássico, multilateralismo e a natureza da política externa brasileira. **Contexto Internacional** v. 28, n 2 , 2006, p 355-397
- BARBOZA, Mario Gibson **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002, 479p.
- BATISTA, Paulo Nogueira Presidindo o Conselho de Segurança da ONU In: **Política Externa**, v 1, n 3, 1992, 86-99
- BENVENUTTO, Angel Luis **Intransigencia argentina en Ginebra (1920)**. Buenos Aires: Corregidor, 2004, 309p.
- BERNAL-MEZA, Raul A política exterior do Brasil 1990-2002 **Revista Brasileira de Política Internacional**, v 45, n 1, 2002, p 36-71.
- BRIGAGÃO, Clóvis & FERNANDES, Fernanda **Política externa brasileira e o Haiti Cadernos GAPConflitos** v I, 2007, 40p.
-& PROENÇA, Domicio **Brasil e o mundo novas visões** Rio de Janeiro: Francisco Alves/Konrad Adenauer Stiftung, 2002a, 446p.

-**Concertação múltipla:** inserção internacional de segurança do Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves Konrad Adenauer Stiftung, 2002b, 157 p
- BUENO, Clodoaldo A política multilateral brasileira In CERVO, Amado L. **O desafio internacional**. Brasília: Editora UnB, 1994, 354p.
 - CABRAL, Severino “O Japão e as Nações Unidas no pós Guerra Fria” Seminário sobre o Japão, Hotel Le Meridien, Rio de Janeiro, 7 e 8 de dezembro de 2000 disponível em <http://www2.mre.gov.br/ipri/Rodrigo/Japão/2%20Severino%20Cabral.rtf> acesso em 9 de maio de 2007
 - CARDOSO, Afonso José Sena **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília: IRB/FUNAG, 1998, 168p.
 - CARDOSO, Cíntia “Pretensão de liderança brasileira fracassa” Folha de São Paulo 28 de julho de 2005
 - CASTRO, Luiz Augusto de A. O Brasil e o sistema de segurança internacional das Nações Unidas, do Conselho de Segurança e dos organismos de não-proliferação In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis & CARDIM, Carlos H (Orgs). **Política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
 - Pressure for Security Council reform In: MALONE, D. M. (Ed) **The UN Security Council: from the Cold War to the twenty first century**. Boulder: Lynne Rienner, 2004, 745p.
 - CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo:** política externa e projeto nacional. São Paulo: Ed. da UNESP, FAPESP, 2000. 304 p
 - DIANI, Claudia & SOLIANI, Andre "Brasil quita dívida com a ONU de olho em vaga do Conselho" *Folha de São Paulo*, 7 de janeiro de 2005
 - FELDMAN, Luís “A participação do Brasil na MINUSTAH e o pleito por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas” XX Encontro Nacional dos Estudantes de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2005.
 - FONSECA Jr, Gelson (org) **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU 1998-1999**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002, 376p.
 - FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: IRB/FUNAG, 2005, 448p.
 - FRASER, Trudy There’s nothing wrong with the United Nations- except it’s members: the United Nations Security Council, the G-4 and implications for contemporary collective security “ Paper presented at the International Studies Association 48th Annual Convention, 28 February- 3 March 2007, Chicago
 - FUNAG. **The voice of Brazil in the United Nations: 1946-1995**. Brasília: FUNAG, 1995, 584p.
 - GARCIA, Eugênio Vargas **Cronologia das relações internacionais do Brasil** Rio de Janeiro/Brasília: Contraponto/FUNAG, 2005, 336p
 -**O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926) vencer ou não perder**. Porto Alegre/Brasília: Ed da Universidade/UFRGS/FUNAG, 2000, 167p.
 - A candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho da Liga das Nações In: **Revista Brasileira de Política internacional**, v. 37, n 1, 1994, 5-23.
 - GAUTHIER, Amelie & SOUZA, Sarah J de “Brazil in Haiti: debate over the peacekeeping mission” FRIDE Comment , November 2006 Disponível em <http://www.fride.org/eng/File/ViewFile.aspx?FileId=1193> acesso em 23 de maio de 2007

- GOES FILHO, Paulo de **.O clube das nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar**. Rio de Janeiro”Relume Dumará, 2003, 230p.
- GOFREDO JR, Gustavo Senechal de **Entre poder e direito: a tradição grotiana na política externa brasileira**. Brasília: IRB/FUNAG, 2005, 108p.
- GRATIUS, Susanne Brasil en las Americas: Una potencia regional pacificadora? Working Paper n 35, FRIDE, 2007. Disponível em <http://www.fride.org/eng/Publications/Publication.aspx?Item=1282> acesso em 23 de maio de 2007
- Lula de nuevo: influencia regional sin liderazgo? FRIDE Commentario, noviembre de 2006 Disponível em <http://www.fride.org/Publications/Publication.aspx?Item=1172> acesso em 23 de maio de 2007
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 455p
- **Quinhentos anos de periferia** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed da Universidade/UFRGS/Contraponto, 1999, 166p.
- HERZ, Mônica. A reforma da Organização das Nações Unidas. Seminário Brasil-Reino Unido, Rio de Janeiro, 18 e 19 de setembro de 1997, IPRI/FUNAG 24p.
-A internacionalização da política: a perspectiva cosmopolita em face do debate sobre a democratização da ONU. In: **Contexto Internacional**. V. 21, n. 2 , 1999, 259-289
- A política internacional brasileira: caminhos de inserção In: **Democracia Viva**, v 2, 1998, 91-96
- & HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais: história e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 268p
- & WROBEL, Paulo A política brasileira de segurança no pós-Guerra Fria In BRIGAGAO, Clóvis.& PROENÇA, Domicio **Brasil e o mundo novas visões** Rio de Janeiro: Francisco Alves/Konrad Adenauer Stiftung, 2002a, 446p.

- HILTON, Stanley “Brazil and the post-Versailles world: elite images and foreign policy strategy, 1919-1929” In: **Journal of Latin American Studies**, v 12, n 2, 1980, p 341-364.
- HIRST, Monica “La intervencion sudamericana en Haiti” FRIDE Commentario, abril de 2007 Disponível em <http://www.fride.org/File/ViewLinkFile.aspx?FileId=1452> acesso em 23 de maio de 2007
- & PINHEIRO, Letícia “A política externa do Brasil em dois tempos”In: **Revista Brasileira de Política Internacional** v 38, n 1, p 5-23, 1995
- KAWAGUTI, Luis **A república negra: histórias de um repórter sobre as tropas brasileiras no Haiti**. Rio de Janeiro: Globo, 2006, 199p.
- LAMPREIA, Luis Felipe “O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança” Exposição do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores Luís Felipe Lampreia, perante a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, Brasília, 28 de agosto de 1997.
- LARRAIN, Juan “Tema 38: cuestión de la representación equitativa en el Consejo de Seguridad y del aumento del numero de sus miembros y cuestiones conexas” 54º Período de Sesiones de la Asamblea General Intervención del Representante Permanente de Chile Embajador Juan Larrain Nueva York, 16 de diciembre de 1999 disponível em <http://www.un.int/chile/Discursos/disc19991216> acesso em 4 de maio de 2007

- LECOUTRE, Delphine “A África e a reforma das Nações Unidas” *Le Monde Diplomatique*, julho de 2005 disponível em <http://diplo.uol.com.br/2005-07,a1140> acesso em 4 de maio de 2007.
- LEDO, Porfirio Thierry Munoz "El papel de México en el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas" **Revista Mexicana de Política Exterior** v 66, 2002, p 77- 99.
- LEUCHARS, Chris Brazil and the League Council crisis of 1926 *Diplomacy and Statecraft*, v 12, n 4, 2001.
- MACIEIRA, Flavio Helmond. O Brasil e as Nações Unidas em 1994: uma abordagem política In: **Revista Brasileira de Política internacional**, v 37, n 1, 1994, 121-133.
- MALAMUD, Carlos “Latin America and the Security Council ” disponível em http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/1095/1095_Malamud_Latin%20America_Securidy%20Council.pdf aceso em 4 de maio de 2007
- MARQUES, Hugo “Itamaraty justifica missão” *Jornal do Brasil* 17 de janeiro de 2006.
-e PARDELLAS, Sérgio “ Brasil gasta fortuna no Haiti” *Jornal do Brasil* 16 de janeiro de 2006.
-& RODRIGUES, Lorena “Suicídio de militar ganha força” *Jornal do Brasil* 9 de janeiro de 2006.
- MARTINS, Marília “Clinton defende cadeira para o Brasil na ONU” *O Globo* 1 de maio de 2007.
- MELLO & SILVA Alexandra de Idéias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU In **Revista Brasileira de Política Internacional** v. 41 , n 2 1998, 139-158
- MORENO, Marta F. Propostas de democratização das Nações Unidas. In **Contexto Internacional**, v. 23 n. 1, 2001, p.111-132.
- MORRIS, Justin UN Security Council reform: a counsel for the twenty first century In **Security Dialogue** v 31, n 3, 2000, p 265-277
- MOURA, Gerson **Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991, 116p.
- MUNOZ, Heraldo “Temas 9 y 117:”Informe del Consejo de Seguridad y cuestión de la presentación equitativa en el Consejo de Seguridad y del aumento de numero de sus miembros y otras cuestiones conexas ”Sexagesimo Periodo de Sesiones de la Asamblea General” Intervención del Embajador Heraldo Munoz, Representante Permanente de Chile ante las Naciones Unidas, Nueva York, 10 noviembre 2005 disponível em <http://www.un.int/chile/Disursos/disc2005051110b.htm> acesso em 4 de maio de 2007
- MURAVCHIK, Joshua **The future of the United Nations; understanding the past to chart a way forward**. Washington DC: American Enterprise Institute Press, 2005, 166p.
- NAÇÕES UNIDAS, **Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça**, Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil, 2001, 92p.
- NUNES, Augusto “A cadeira mais cara do mundo” *Jornal do Brasil* 4 de junho de 2006
- OSAVA, Mario "Route to Security Council runs through Haiti" *InterPress News Agency Service* March 16, 2004 .
- PAN, Liang. **The United Nations in Japan’s foreign and security policymaking, 1945-1992: national security, party politics and international status**. Cambridge: Harvard University Press, 2005, 384p.

- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva.** Brasília: FUNAG/IRB, 1998, 226p.
- PEPE, Leandro Leone & MATHIAS, Suzeley Kalil Operaciones de paz de las Naciones Unidas: la perspectiva brasilena In: **Revista Fuerzas Armadas y Sociedad**, v. 19, n 1, 2005, p 57-71.
- PIMENTA, Angela “America Latina vai desunida para reuniao da ONU” BBC News Brasil, 12 de setembro de 2005 disponível em www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/09/050912_onuangela.shtml acesso em 4 de maio de 2007.
- PINHEIRO, Letícia “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea” In: **Contexto Internacional**, v 22, n 2, 2000, 305-336p.
- “Reforma do Conselho poderia ter fase de transição” BBC News 21 de abril de 2007 disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070421_onu_pu.shtml acesso em 4 de maio de 2007.
- RUPPENTHAL, Tailon **Um soldado brasileiro no Haiti.** Rio de Janeiro; Globo, 2007, 161p.
- RUSSET, Bruce; O’NEILL, Barry & SUTTERLIN, James. Breaking the Security Council restructuring logjam In: **Global Governance** v 2, n 1997, 60-79.
- SANJUAN, Pedro A **The UN gang: a memoir of incompetence, corruption, espionage, anti-semitism, and Islamic extremism at the UN Secretariat**, New York: Doubleday, 2005.
- SANTOS, Norma B dos A dimensão multilateral da política externa brasileira: perfil da produção bibliográfica In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, v 45, n 2, 2002, p 26-45.
- SARDENBERG, Ronaldo Motta. Brasil, política multilateral e Nações Unidas In: **Estudos Avançados**, v 19 , n 53, 2005 347-367
-O Brasil e as Nações Unidas In ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org) **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) prioridades, atores e políticas.** São Paulo: NUPRI/USP, 2000, 432 p
- O Brasil na presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas In FONSECA JR, Gelson & CASTRO, Sergio H N de. **Temas de política externa brasileira II** vol 1, Brasília: IPRI/Paz e Terra, 1995.
- SATO, Takeshi “Former Japan envoy pushes UN Security Council seat” Japan Times, v 37, n 2, 1997
- SETTI, Ricardo “ De que nos serve o Conselho de Segurança” NoMinimo 2 de setembro de 2004 disponível em <http://www.nominimo.ibest.com.br/notitia/servlet/newsstorm.notitia> acesso em 30 de maio de 2007
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da Futebol, paz e riscos para o Brasil no Haiti In: **Política Externa**, v. 13, n 2, 2004, p 75-85.
- SKLAR, Richard" US representative for UN management and reform statement in the open ended working group on Security Council Reform" February 11, 1999
- SOTOMAYOR, Arturo Why states participate in UN peace missions while others don't : an analysis of civil-military relations and its effects on Latin America's contributions to peacekeeping operations paper presented at the 2007 International Studies Association meeting, February 28th- March 3rd , 2007.

-Latin America's middle powers in the United Nations: Brazil and Mexico in comparative perspective n 144 CIDE. Outubro 2006
-“ The peace soldier from the South: from praetorianism to peacekeeping? ”.PhD Thesis Columbia University, 2004.
- SOUZA, André M. & ZACCARON, Beatriz Ávila “A participação do Brasil em missões de manutenção de paz: o caso do Haiti”em BRIGAGÃO, Clóvis & PROENÇA JR, Domício **O Brasil e os novos conflitos internacionais**. Rio de Janeiro: Gramma/Fundação Konrad Adenauer, 2006, 246p.
- SVARTMAN, Eduardo. **Diplomatas, políticos e militares: as visões do Brasil sobre a Argentina durante no Estado Novo**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, 219p.
- TORTORIELLO, Alexandre Mata “Brasil aceita China como economia do mercado” BBCNews 12 de novembro de 2004 disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112_jintao.shtml acesso em 4 de maio de 2007
- TRIPODI, Paolo & VILLAS, Andrés “ Haiti: la encrucijada de una intervencion latinoamericana “ Revista Fuerzas Armadas y Sociedad, v 19, m 1, 2005, p 17-35.
- UZIEL, Eduardo Três questões empíricas, uma teórica e a participação do Brasil em operações de paz das Nações Unidas. In: **Política Externa**, v 14, n 4, 2006, p 91-105.
- VALLE, Valeria Marina A reforma do Conselho de Segurança da ONU: uma análise sobre a posição brasileira e suas repercussões In: **Cadernos Adenauer**, v 6, n 1, 2005 p 95- 126
- VARADARAJAN, Siddharth “G-4 remains focused on the African Union” *The Hindu*, July 29th, 2005
- VASSOLER- FROELICH, Ivani A self centered or an altruistic international conflict mediator: the determinants of Brazil's decision to participate in the United Nations peacekeeping mission in Haiti. Paper presented at the International Studies Association Conference, Chicago, February 28th- March 3rd , 2007.
- VELLOSO, Ludovico A C. “Brazil and the United Nations peacekeeping operations in the 1st century “Master of Military Studies United States Marine Corps Command and Staff College 2002.
- ZAVERUCHA, Jorge “O Brasil no Haiti e o Haiti no Brasil” Boletim de RESDAL, n 15, Julio 2004 disponível em <http://www.resdal.org/haiti/haiti-crisis-zaverucha.html> acesso em 22 de maio de 2007